

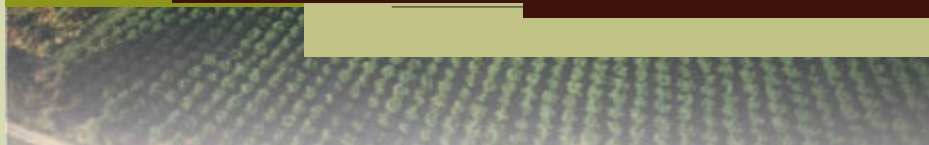


INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL



Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas

2013



Edição 2014



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas

2013

Edição 2014

[FICHA TÉCNICA]

Título | Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013

Editor | Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00 | Fax: 21 845 40 84

Presidente do Conselho Diretivo | Alda de Caetano Carvalho

Design e Composição | Instituto Nacional de Estatística, I.P.

ISSN | 0871-8040

ISBN | 978-989-25-0293-9

Periodicidade | irregular

 Apoio ao cliente

808 201 808



O INE, I.P. na Internet | **www.ine.pt**

[INTRODUÇÃO]

O Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013 é a primeira publicação, após o Recenseamento Agrícola 2009 (RA 09), com dados estatísticos e análise de resultados relativos à estrutura das explorações agrícolas em Portugal.

Sempre que se afigura pertinente, são feitas comparações com o RA 09 e com os outros Estados Membros da União Europeia.

Espera-se que esta publicação constitua uma referência para o melhor conhecimento da agricultura portuguesa e possa contribuir para a promoção do debate e reflexão sobre o setor, particularmente oportuna quando estamos no início de um novo período de programação da Política Agrícola Comum (PAC 2014-2020).

Encorajam-se vivamente os utilizadores para o envio de críticas e sugestões, tendo em vista a melhoria contínua da qualidade das estatísticas agrícolas.

A todos os que colaboraram na conceção e realização desta operação estatística e especialmente aos agricultores pela disponibilidade manifestada na resposta ao inquérito, endereçamos o nosso agradecimento.

[INTRODUCTION]

Farm Structure Survey 2013 is the first publication following the Agricultural Census 2009 (RA 09), with statistical data and analysis on the structure of agricultural holdings in Portugal.

Whenever relevant, comparisons with RA 09 and other Member States of European Union are made.

It is expected that this publication could be a reference for a better understanding of the Portuguese agriculture and help to promote discussion and reflection on this sector, particularly convenient when a new programming period of the Common Agricultural Policy (CAP 2014-2020) is beginning.

Users are strongly encouraged to send their comments and suggestions, with a view to continuously improve the quality of agricultural statistics.

To all those who cooperated in the design and conduction of this statistical operation and especially to the willingness of farmers in responding to the survey, we address our thanks.

Pág.

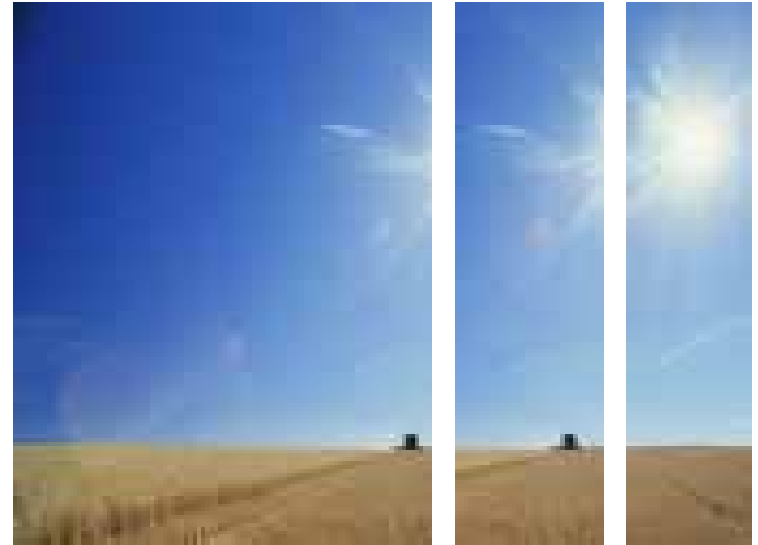
[ÍNDICE]

3 > Introdução/Introduction

5 > Sumário Executivo/Executive Summary

6 > Sinais Convencionais

7 > Análise de Resultados



[SUMÁRIO EXECUTIVO]

Em 2013, as explorações agrícolas ocupavam metade da superfície do território nacional, representando a população agrícola familiar 6,5% da população residente.

Comparativamente a 2009, é perceptível uma evolução positiva da agricultura portuguesa, assente no aumento da dimensão das explorações agrícolas e na melhoria dos indicadores laborais. Também a Superfície Agrícola Não Utilizada (SANU) diminuiu cerca de 20% relativamente a 2009, apresentando o valor mais baixo (pouco mais de 100 mil hectares) desde que há registos estatísticos, o que reflete o dinamismo do setor.

A empresarialização da agricultura, expressa pelo crescimento do número de sociedades agrícolas, tem contribuído para o aumento da competitividade do setor, devido à adoção de processos de gestão mais profissionais e economias de escala.

Contudo, a comparação com a UE 28 revela ainda uma agricultura de explorações de pequena dimensão económica (17,1 mil euros de Valor de Produção Padrão Total por exploração, face aos 25 mil euros da UE 28), geridas por produtores envelhecidos (os mais idosos da UE 28) e ainda pouco qualificados (somente 5,5% concluíram o ensino superior e 84,6% têm apenas formação exclusivamente prática). Poucos produtores vivem exclusivamente da agricultura (6,2%), sendo que a maioria complementa o seu rendimento com pensões e reformas (65,3%).

Ainda assim a grande maioria dos produtores (95,1%) tenciona continuar com a atividade agrícola nos próximos anos, apontando como principal razão para esta decisão o valor afetivo (48,3%).

[EXECUTIVE SUMMARY]

In 2013, agricultural holdings occupied half the area of the national territory, with the agricultural family population representing 6.5% of the resident population.

Compared to 2009, a positive trend is visible in Portuguese agriculture, based on the increase of the size of farms and improvements on labour indicators. Also the Unutilised Agricultural Area decreased by about 20% compared to 2009, reaching the lowest value since there are statistical records (just over 100 thousand hectares), which reflects the dynamics of the sector.

The corporatization of agriculture, expressed by the growing number of agricultural enterprises, has contributed to the increased competitiveness of the sector, due to the adoption of more professional management processes and economies of scale.

However, comparison with the EU 28 still reveals an agriculture with small economic size holdings (only 17,100 Euros of standard output per farm, compared to the 25,000 Euros of EU 28), managed by aged farmers with low qualifications (the oldest in EU 28, with only 5.5% graduated from high school and 84.6% with only practical agricultural experience). Few holders live only from agriculture (6.2%), with most of them supplementing their income with pensions (65.3%).

Nevertheless, the large majority of farmers (95.1%) intend to continue the agricultural activity in the coming years, pointing the affective value as the main reason for such decision (48.3%).

[SINAIS CONVENCIONAIS]

SINAIS CONVENCIONAIS, SIGLAS E INFORMAÇÃO AOS UTILIZADORES

Sinais convencionais:

- // Valor nulo ou não aplicável
- x Valor não disponível
- ∅ Valor inferior a metade do módulo da unidade utilizada

Siglas:

%	Percentagem
ha	Hectares
nº	Número
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, Versão de 2002
p.p.	Pontos percentuais
UE 28	União Europeia



[ANÁLISE DE RESULTADOS]

>> Explorações agrícolas: redução do número de explorações mas manutenção da SAU

[Em quatro anos 40,8 mil produtores abandonaram a atividade agrícola]

[SAU mantém-se nos 3,6 milhões de hectares (39,5% do território nacional)]

Em 2013 os resultados do Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas (IEEA 2013) contabilizaram 264,4 mil explorações, menos 40,8 mil explorações que em 2009, o que corresponde a um decréscimo de 13,4%. No entanto, o abandono da atividade agrícola por um número considerável de produtores não se refletiu na Superfície Agrícola Utilizada (SAU), que não registou alterações significativas desde 2009, mantendo-se nos 3,6 milhões de hectares, cerca de 39,5% da superfície territorial.

Quadro 1 >> Número de explorações, SAU, e dimensão média por NUTS II (variação 2009-2013)

NUTS II	Explorações		SAU		SAU média por exploração	Variação 2009-2013		
	(nº)	(%)	(ha)	(%)	(ha/expl.)	Nº Expl. (%)	SAU (%)	ha/Expl. (%)
Portugal	264 419	100,0	3 641 592	100,0	13,8	-13,4	-0,7	14,6
Continente	240 527	91,0	3 517 740	96,6	14,6	-13,5	-0,7	14,8
Norte	98 824	37,4	646 610	17,8	6,5	-10,8	0,4	12,6
Centro	86 291	32,6	558 021	15,3	6,5	-17,9	-2,1	19,2
Lisboa	6 128	2,3	74 366	2,0	12,1	-19,4	-15,1	5,3
Alentejo	37 727	14,3	2 146 508	58,9	56,9	-10,6	-0,3	11,5
Algarve	11 557	4,4	92 234	2,5	8,0	-6,7	4,5	11,9
Açores	11 825	4,5	118 589	3,3	10,0	-12,7	-1,5	12,8
Madeira	12 068	4,6	5 262	0,1	0,4	-11,3	-3,1	9,3



A dimensão média das explorações agrícolas (SAU por exploração) aumentou 14,6%, passando dos 12,0 hectares em 2009 para os 13,8 hectares em 2013. De referir que este redimensionamento das explorações, entendido exclusivamente como o aumento da dimensão média da SAU por exploração, ocorreu a um ritmo semelhante ao observado nas últimas três décadas.

O decréscimo do número de explorações agrícolas, embora generalizado, assume maior expressão nas regiões (NUTS II) de Lisboa (-19,4%) e Centro (-17,9%).

A dimensão média das explorações evidencia uma grande heterogeneidade regional, apresentando as explorações no Alentejo uma dimensão média de 56,9 hectares de SAU, cerca de quatro vezes superior à média nacional. Em contrapartida, no Norte e Centro as explorações têm em média apenas 6,5 hectares de SAU.

[Dimensão média das explorações agrícolas atinge os 13,8 ha, mais 1,8 ha que em 2009]

[Explorações agrícolas do Alentejo são em média quatro vezes maiores que a média do país]

[Lisboa e o Centro foram as regiões que perderam mais explorações agrícolas em termos relativos]

<< **Exploração Agrícola:** unidade técnico-económica que utiliza fatores de produção comuns, tais como: mão-de-obra, máquinas, instalações, terrenos, entre outros, e que deve satisfazer obrigatoriamente as quatro condições seguintes:

1. produzir produtos agrícolas ou manter em boas condições agrícolas e ambientais as terras que já não são utilizadas para fins produtivos;
2. atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (área, número de animais);
3. estar submetida a uma gestão única;
4. estar localizada num local bem determinado e identificável.

<< **Superfície agrícola utilizada (SAU):** constituída pelas terras aráveis (limpa e sobcoberto de matas e florestas), culturas permanentes, pastagens permanentes e horta familiar.

>> Estrutura fundiária: mais de metade da SAU está concentrada em 2,3% das explorações

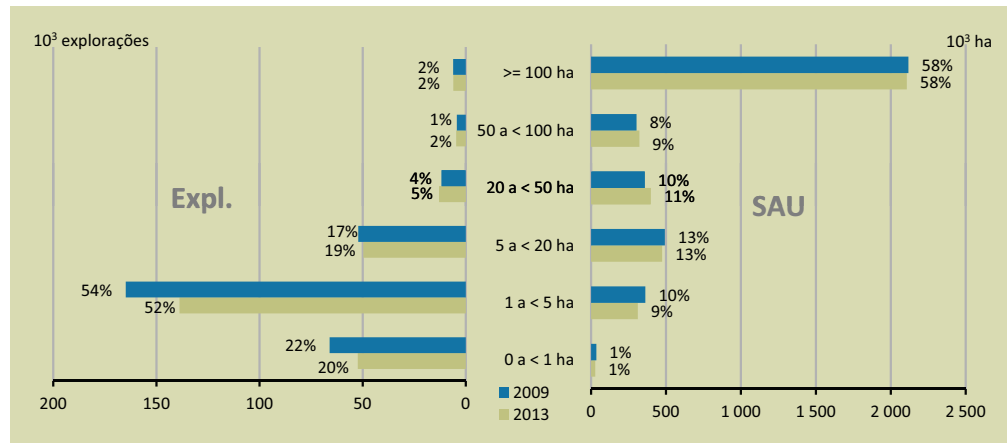
[1 120 explorações de grande dimensão (com mais de 500 ha de SAU) gerem mais de 1 milhão de ha]

A concentração da SAU é uma evidência demonstrada pelo facto de um reduzido número de explorações de grande dimensão (275 explorações com 1 000 ou mais hectares de SAU) ocuparem 13,1% da SAU nacional. É de assinalar que mais de metade da SAU (57,9%) é gerida pelas unidades produtivas com 100 ou mais hectares, que representam apenas 2,3% das explorações agrícolas e que, por oposição, as de muito pequena dimensão (1 hectare ou menos), apesar de corresponderem a 1/5 do total, apenas exploram 0,8% da SAU.

Quadro 2 >> Número de explorações e SAU, por classes de SAU (variação 2009-2013)

Classes de SAU	Explorações		SAU		Variação 2009-2013	
	(nº)	(%)	(ha)	(%)	Nº Expl. (%)	SAU (%)
Total	264 419	100,0	3 641 592	100,0	-13,4	-0,7
< 1 ha	52 348	19,8	27 541	0,8	-20,7	-21,4
1 a < 5 ha	138 800	52,5	311 505	8,6	-15,8	-13,9
5 a < 20 ha	49 666	18,8	474 534	13,0	-4,8	-3,6
20 a < 50 ha	12 902	4,9	397 697	10,9	9,9	11,1
50 a < 100 ha	4 658	1,8	322 838	8,9	6,9	6,5
100 a < 500 ha	4 924	1,9	1 054 957	29,0	-1,2	-3,9
500 a < 1 000 ha	845	0,3	575 209	15,8	-1,4	-0,8
≥ 1 000 ha	275	0,1	477 309	13,1	3,4	8,4

Figura 1 >> Explorações por classe de SAU



[Foram essencialmente os pequenos produtores agrícolas que abandonaram a atividade]

Desde 2009 que o abandono da atividade agrícola ocorreu quase exclusivamente nas pequenas explorações. Do balanço das 40,8 mil unidades produtivas que cessaram a atividade, apenas 140 exploravam mais de 20 hectares, sendo que mais de 1/5 das explorações com menos de 1 hectare abandonaram a atividade (-13,7 mil explorações).



>> Natureza jurídica: importância das sociedades agrícolas aumentou

[Dimensão das explorações geridas pelas sociedades agrícolas é muito superior à das geridas pelos produtores singulares]

Os responsáveis jurídicos e económicos das explorações agrícolas são maioritariamente produtores singulares (95,9%). No entanto, nas explorações de maior dimensão (100 ou mais hectares de SAU) a representatividade dos produtores singulares decresce para os 60,1%, enquanto o peso das sociedades assume maior expressão (36,6%). De referir que desde 2009 o número de sociedades aumentou 47,1% e o de produtores singulares decresceu 14,8%.

Quadro 3 >> Natureza jurídica do produtor, por classes de SAU
(variação 2009-2013)

Classes de SAU	2013						Variação 2009-2013		
	Produtor singular		Sociedade		Outras formas		Produtor singular	Sociedade	Outras formas
	(nº)	(%)	(nº)	(%)	(nº)	(%)	(%)		
Total	253 493	95,9	9 968	3,8	959	0,4	-14,8	47,1	-13,6
S/ SAU	525	62,3	318	37,7	0	0,0	-50,2	-5,0	-100,0
0 < 1 ha	50 775	98,6	651	1,3	78	0,2	-21,0	155,5	-21,0
1 a < 5 ha	136 647	98,4	1 793	1,3	360	0,3	-16,6	131,6	24,7
5 a < 20 ha	47 205	95,0	2 302	4,6	160	0,3	-6,6	60,5	-16,1
20 a < 50 ha	11 069	85,8	1 720	13,3	113	0,9	5,6	52,1	-10,3
50 a < 100 ha	3 641	78,2	971	20,8	46	1,0	6,3	16,1	-51,5
≥ 100 ha	3 631	60,1	2 213	36,6	201	3,3	-4,3	10,0	-33,3

[Sociedades agrícolas exploram quase 1/3 da SAU]

As sociedades agrícolas representam apenas 3,8% das unidades produtivas mas exploram quase 1/3 da SAU (em média cada sociedade agrícola explora 114 hectares de SAU, 12 vezes mais que os produtores singulares) e produzem 45,6% do efetivo pecuário (93 cabeças normais por sociedade, 21 vezes mais que os produtores singulares).

Quadro 4 >> SAU e cabeças normais segundo a natureza jurídica do produtor, por classes de SAU (2013)

Classes de SAU	Produtor singular				Sociedade				Outras formas			
	SAU		CN		SAU		CN		SAU		CN	
	(ha)	(%)	(nº)	(%)	(ha)	(%)	(nº)	(%)	(ha)	(%)	(nº)	(%)
Total	2 351 317	64,6	1 097 499	53,9	1 138 283	31,3	927 791	45,6	151 992	4,2	10 279	0,5
S/ SAU	//	//	26 687	1,3	//	//	217 671	10,7	//	//	0	0,0
< 1 ha	27 205	0,7	58 569	2,9	303	0,0	21 183	1,0	33	0,0	58	0,0
1 a < 5 ha	306 148	8,4	197 950	9,7	4 564	0,1	66 374	3,3	793	0,0	1 111	0,1
5 a < 20 ha	448 471	12,3	252 512	12,4	24 491	0,7	104 268	5,1	1 572	0,0	618	0,0
20 a < 50 ha	338 074	9,3	195 217	9,6	56 376	1,5	63 535	3,1	3 247	0,1	992	0,0
50 a < 100 ha	252 714	6,9	103 547	5,1	66 718	1,8	112 277	5,5	3 406	0,1	828	0,0
≥ 100 ha	978 705	26,9	263 016	12,9	985 831	27,1	342 484	16,8	142 940	3,9	6 616	0,3

<< **Produtor agrícola:** responsável jurídico e económico da exploração, isto é, a pessoa física ou moral por conta e em nome da qual a exploração produz, retira os benefícios e suporta as perdas eventuais, tomando as decisões de fundo relativas ao sistema de produção, investimentos, empréstimos, etc.

<< **Natureza jurídica do produtor:** a personalidade jurídica do responsável jurídico e económico da exploração.

a) Se o produtor agrícola for uma pessoa física, é classificado como:

- Produtor singular autónomo, se permanente e predominantemente, utiliza a atividade própria ou de pessoas do seu agregado doméstico na sua exploração, com ou sem recurso excecional ao trabalho assalariado.
- Produtor singular empresário, se permanente e predominantemente, utiliza a atividade de pessoal assalariado na sua exploração.

b) Se o produtor for uma entidade moral, é classificado como:

- Sociedades, constituídas segundo os códigos comerciais e civil;
- Outras formas, onde se incluem:
 - Baldios, terrenos possuídos e geridos por comunidades locais que, para este efeito, se designam por universo dos compartes que, segundo os costumes, têm direito ao uso e fruição do baldio;
 - Estado e pessoas públicas, se a exploração está subordinada à administração central ou local, diretamente ou por intermédio de um organismo (ex.: estações agrárias, escolas agrícolas, institutos públicos, empresas públicas, administrações florestais, quartéis, prisões, etc.).
 - Outras entidades, como as cooperativas, as associações, as fundações, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), os seminários, os conventos, os mosteiros, as escolas privadas, etc.

<< **Cabeça Normal (CN):** medida pecuária que relaciona os efetivos, convertidos em cabeças normais, em função das espécies e das idades, através de uma tabela de conversão, e, em que, um animal adulto da espécie bovina corresponde a 1 CN.

>> **Dimensão Económica das explorações: mantém tendência de crescimento mas continua a refletir as grandes assimetrias da agricultura nacional**

Quadro 5 >> Número de explorações, segundo as classes de Dimensão Económica (DE), por NUTS II (2013)

NUTS II	Total				Explorações muito pequenas (< 8 000 euros de VPPT)			
	Explorações		VPPT		Explorações		VPPT	
	(nº)	(10 ³ euros)	(%)	(10 ³ euros/expl.)	(nº)	(%)	(10 ³ euros)	(%)
Portugal	264 419	4 522 865	100,0	17,1	202 275	76,5	485 964	10,7
Continente	240 527	4 017 734	88,8	16,7	186 407	77,5	443 363	11,0
Norte	98 824	927 510	20,5	9,4	81 028	82,0	196 075	21,1
Centro	86 291	1 212 801	26,8	14,1	68 757	79,7	158 646	13,1
Lisboa	6 128	307 504	6,8	50,2	3 119	50,9	9 853	3,2
Alentejo	37 727	1 436 362	31,8	38,1	24 860	65,9	57 022	4,0
Algarve	11 557	133 556	3,0	11,6	8 643	74,8	21 767	16,3
Açores	11 825	419 382	9,3	35,5	6 153	52,0	14 298	3,4
Madeira	12 068	85 749	1,9	7,1	9 716	80,5	28 303	33,0

NUTS II	Explorações pequenas (8 000 a < 25 000 euros de VPPT)				Explorações médias (25 000 a < 100 000 euros de VPPT)				Explorações grandes (> 100 000 euros de VPPT)			
	Explorações		VPPT		Explorações		VPPT		Explorações		VPPT	
	(nº)	(%)	(10 ³ euros)	(%)	(nº)	(%)	(10 ³ euros)	(%)	(nº)	(%)	(10 ³ euros)	(%)
Portugal	34 682	13,1	475 204	10,5	18 693	7,1	950 339	21,0	8 769	3,3	2 611 358	57,7
Continente	30 697	12,8	419 906	10,5	15 955	6,6	802 572	20,0	7 468	3,1	2 351 893	58,5
Norte	12 169	12,3	164 482	17,7	3 851	3,9	187 945	20,3	1 777	1,8	379 009	40,9
Centro	9 907	11,5	133 073	11,0	5 607	6,5	285 440	23,5	2 020	2,3	635 642	52,4
Lisboa	1 625	26,5	22 165	7,2	870	14,2	45 384	14,8	515	8,4	230 102	74,8
Alentejo	5 075	13,5	74 286	5,2	4 823	12,8	244 565	17,0	2 969	7,9	1 060 489	73,8
Algarve	1 921	16,6	25 900	19,4	804	7,0	39 238	29,4	188	1,6	46 651	34,9
Açores	2 112	17,9	31 151	7,4	2 313	19,6	127 451	30,4	1 247	10,5	246 481	58,8
Madeira	1 874	15,5	24 147	28,2	425	3,5	20 315	23,7	54	0,4	12 984	15,1

O Valor da Produção Padrão Total (VPPT) nacional atingiu os 4,5 mil milhões de euros em 2013 (-2,5% que em 2009), contribuindo o Alentejo com praticamente 1/3 deste valor. Em média, cada exploração agrícola gera 17,1 mil euros de VPPT, o que em relação a 2009, corresponde a um aumento de 12,5% na Dimensão Económica (DE) média das explorações.

A análise das explorações por classes de DE mostra que as grandes unidades produtivas (mais de 100 mil euros de VPPT), apesar de representarem apenas 3,3% do universo das explorações agrícolas, produzem anualmente 57,7% do VPPT nacional. Em contrapartida, mais de 3/4 das explorações são muito pequenas, gerando menos de 8 mil euros por ano e contribuindo apenas com 10,7% para o VPPT.

Regionalmente observa-se uma grande variabilidade na DE, com as explorações de Lisboa a gerarem em média 50,2 mil euros de VPPT, valor sete vezes superior ao alcançado pelas explorações da Região Autónoma da Madeira.

[Em média cada exploração agrícola gera 17,1 mil euros de VPPT]

[Mais de 3/4 das explorações são muito pequenas, gerando menos de 8 mil euros por ano]



<< **Valor de Produção Padrão (VPP):** é o valor monetário médio da produção agrícola numa dada região, obtido a partir dos preços de venda à porta da exploração. É expresso em euros por hectare ou cabeça de gado, conforme o sistema de produção, e corresponde à valorização mais frequente que as diferentes produções agrícolas têm em determinada região. O período de referência dos dados de base dos VPP cobriu o quinquénio 2008 a 2012.

<< **Valor de Produção Total (VPT) ou Valor de Produção Padrão Total (VPPT) da exploração:** corresponde à soma dos diferentes VPP obtidos para cada atividade, multiplicando os VPP pelo número de unidades (de área ou de efetivo) existentes dessa atividade na exploração.

<< **Dimensão Económica (DE):** é definida com base no **VPPT** da exploração, sendo expressa em euros.

>> Orientação Técnico Económica: mais de 2/3 das explorações agrícolas são especializadas

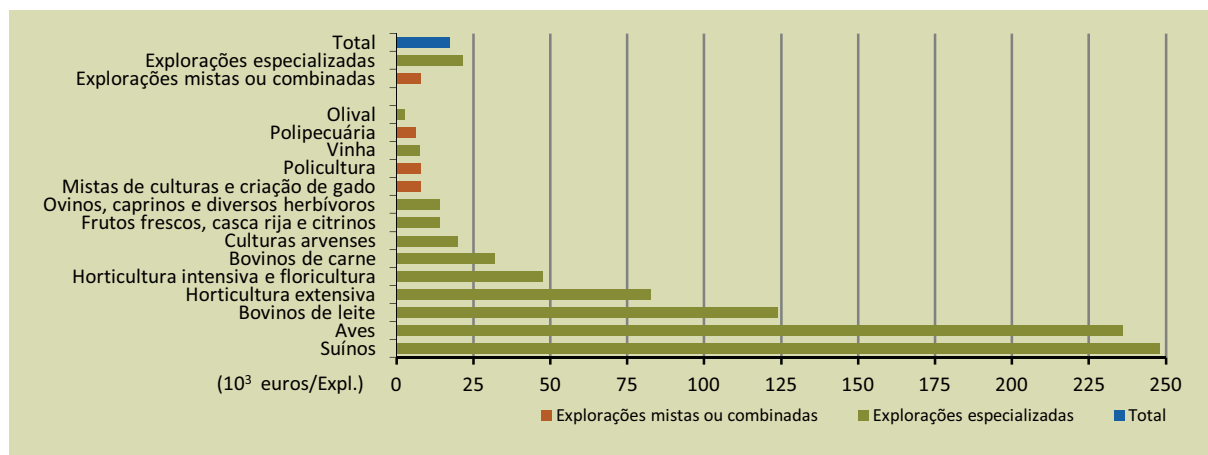
Quadro 6 >> Número de explorações, VPPT e SAU, por OTE (2013)

OTE	Explorações		VPPT			SAU	
	(nº)	(%)	(10 ³ euros)	(%)	(10 ³ euros /expl.)	(ha)	(%)
Total	264 419	100,0	4 522 865	100,0	17,1	3 641 592	100,0
Explorações especializadas	182 605	69,1	3 912 757	86,5	21,4	2 859 252	78,5
Culturas arvenses	28 726	10,9	572 424	12,7	19,9	549 147	15,1
Das quais: Horticultura extensiva	2 481	0,9	204 531	4,5	82,4	35 617	1,0
Horticultura intensiva e floricultura	9 501	3,6	448 953	9,9	47,3	25 802	0,7
Das quais: Em estufa/abrigo alto	2 344	0,9	215 102	4,8	91,8	4 813	0,1
Culturas permanentes	97 795	37,0	743 841	16,4	7,6	620 148	17,0
Das quais: Vinha	29 849	11,3	222 876	4,9	7,5	159 264	4,4
Frutos frescos, casca rija e citrinos	27 456	10,4	387 733	8,6	14,1	196 495	5,4
Olival	22 305	8,4	52 096	1,2	2,3	147 992	4,1
Herbívoros	42 269	16,0	1 582 105	35,0	37,4	1 638 325	45,0
Dos quais: Bovinos de leite	6 431	2,4	796 234	17,6	123,8	136 880	3,8
Bovinos de carne	15 206	5,8	482 277	10,7	31,7	882 819	24,2
Bovinos de leite e carne	564	0,2	21 641	0,5	38,4	12 223	0,3
Ovinos, caprinos e div. herbívoros	20 068	7,6	281 954	6,2	14,0	606 403	16,7
Granívoros	4 313	1,6	565 434	12,5	131,1	25 831	0,7
Dos quais: Suínos	1 132	0,4	280 394	6,2	247,8	17 184	0,5
Aves	1 128	0,4	266 181	5,9	236,0	4 627	0,1
Explorações mistas ou combinadas:	80 690	30,5	610 108	13,5	7,6	765 097	21,0
Policultura	28 145	10,6	218 383	4,8	7,8	195 857	5,4
Polipequária	11 626	4,4	72 021	1,6	6,2	77 999	2,1
Mistas de culturas e criação de gado	40 918	15,5	319 705	7,1	7,8	491 241	13,5
Explorações não classificadas	1 125	0,4	0	0,0	0,0	17 243	0,5

A análise das explorações segundo a Orientação Técnico Económica (OTE) aponta para a especialização da agricultura portuguesa, dado que 69,1% das explorações são especializadas (mais de 2/3 do VPPT provém de apenas uma atividade), contribuindo as explorações com orientações indiferenciadas ou combinadas com apenas 13,5% do VPPT nacional.

[Explorações especializadas em pecuária são as que geram VPPT mais elevados]

Figura 2 >> DE média das explorações, por OTE (2013)



As explorações pecuárias são as que apresentam maior DE, gerando as suiniculturas industriais em média 247,8 mil euros de VPPT por exploração, os aviários 236,0 mil euros e as explorações leiteiras 123,8 mil euros. Também o setor da horticultura/floricultura é composto por unidades produtivas de apreciável DE. Por oposição a olivicultura e a viticultura registam DE baixas, apesar de incluírem unidades produtivas de grande dimensão.

[Horticultura/floricultura são especializações com unidades produtivas de apreciável DE]



<< **Orientação Técnico-Económica (OTE) de uma exploração:** determina-se, avaliando a contribuição de cada atividade para a soma do VPPT dessa exploração, podendo distinguir-se duas fases:

1ª Fase: Calcula-se o VPPT pela valorização das superfícies das culturas agrícolas e dos efetivos animais da exploração, a partir das VPP estabelecidas regionalmente para as diferentes produções vegetais e animais.

2ª Fase: Afeta-se a exploração a uma classe de OTE, em função do peso relativo do contributo, em valor, de cada produção vegetal ou animal para o VPPT.



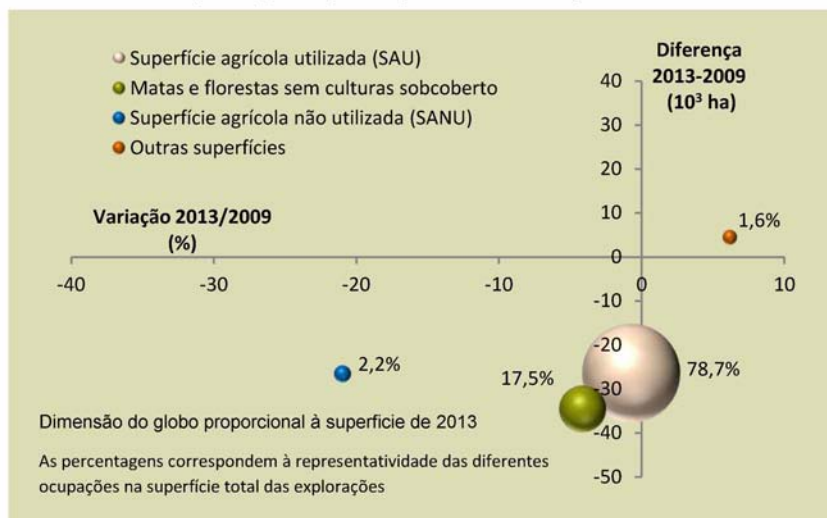
>> Superfície das explorações: metade do território nacional é ocupado e gerido por explorações agrícolas; Superfície Agrícola Não Utilizada decresce 20,9%

As explorações agrícolas ocupam uma superfície 4,6 milhões de hectares o que corresponde a 50,2% do território nacional. A SAU representa 78,7% da superfície total e os matos e povoamentos florestais sem culturas sobcoberto 17,5%. A Superfície Agrícola Não Utilizada (SANU) das explorações (área com potencial agrícola mas que não está a ser utilizada) ocupa 2,2% da superfície das explorações.

Quadro 7 >> Composição da superfície total das explorações, por NUTSII (2013)

					Unidade: (ha)
NUTS II	SAU	Matos e florestas sem culturas sobcoberto	SANU	Outras superfícies	Superfície total
Portugal	3 641 592	807 638	100 959	75 507	4 625 696
Continente	3 517 740	800 482	99 394	74 626	4 492 242
Norte	646 610	239 666	34 308	14 972	935 556
Centro	558 021	223 543	24 251	15 666	821 481
Lisboa	74 366	11 999	1 774	2 429	90 569
Alentejo	2 146 508	280 576	15 939	39 417	2 482 440
Algarve	92 234	44 698	23 122	2 141	162 196
Açores	118 589	5 722	512	507	125 330
Madeira	5 262	1 434	1 053	375	8 124

Figura 3 >> Composição da superfície total das explorações (evolução 2009-2013)



[Explorações agrícolas ocupam 4,6 milhões de hectares]

[Dinamismo da agricultura contribui para o decréscimo da Superfície Agrícola Não Utilizada]

[1/4 da floresta nacional está integrada nas explorações agrícolas]

Em 2013 a superfície das explorações decresceu 1,8%, relativamente a 2009 tendo a maior variação relativa ocorrido na SANU (-20,9%). A diminuição das áreas com potencial que não estão aproveitadas para uso agrícola é um indicador positivo para a atividade agrícola, em linha com o sentimento de dinamismo do setor que perpassa atualmente a sociedade.

<< **Superfície total da exploração:** soma da superfície agrícola utilizada, da superfície das matas e florestas sem culturas sobcoberto, da superfície agrícola não utilizada e das outras superfícies da exploração.

<< **Superfície agrícola utilizada (SAU):** constituída pelas terras aráveis (limpa e sobcoberto de matas e florestas), culturas permanentes, pastagens permanentes e horta familiar.

<< **Superfície agrícola não utilizada (SANU):** superfície da exploração anteriormente utilizada como superfície agrícola, mas que já o não é por razões económicas, sociais ou outras. Não entra em rotações culturais. Pode voltar a ser utilizada com auxílio dos meios geralmente disponíveis na exploração.

<< **Outras superfícies da exploração:** áreas ocupadas por edifícios, eiras, pátios, caminhos, barragens, albufeiras e ainda jardins, matas e florestas orientadas exclusivamente para fins de proteção do ambiente ou de recreio.

>> Utilização das terras: metade da SAU está ocupada com pastagens permanentes; terras aráveis mantêm tendência de decréscimo

As pastagens permanentes ocupam praticamente metade da SAU (49,9%), seguindo-se as terras aráveis (30,2%) e as culturas permanentes (19,5%).

Quadro 8 >> Composição da SAU, por NUTSII (2013)

NUTS II	Terras aráveis			Horta familiar	Culturas permanentes		Pastagens permanentes ¹	SAU
	Culturas temporárias	Pousio	Total		Total exceto pinheiro	Total		
Portugal	767 789	333 072	1 100 861	15 381	642 535	708 765	1 816 585	3 641 592
Continente	748 281	333 031	1 081 311	14 473	638 073	704 302	1 717 653	3 517 740
Norte	140 953	46 633	187 586	6 617	223 579	223 659	228 748	646 610
Centro	152 639	40 477	193 116	5 420	141 793	148 445	211 041	558 021
Lisboa	30 771	4 058	34 829	222	10 824	12 990	26 325	74 366
Alentejo	412 129	228 644	640 773	1 754	217 930	272 569	1 231 411	2 146 508
Algarve	11 789	13 218	25 007	460	43 946	46 638	20 129	92 234
Açores	17 345	//	17 345	762	2 073	2 073	98 410	118 589
Madeira	2 163	42	2 205	146	2 389	2 389	522	5 262

¹ Exclui pastagens sobcoerto de culturas permanentes

<< **Terras aráveis:** Terras frequentemente mobilizadas e que se destinam a culturas temporárias de sementeira anual ou ressemeadas com intervalos que não excedam os 5 anos. Incluem-se os pousios, as terras retiradas da produção e mantidas em boas condições agrícolas e ambientais e as estufas.

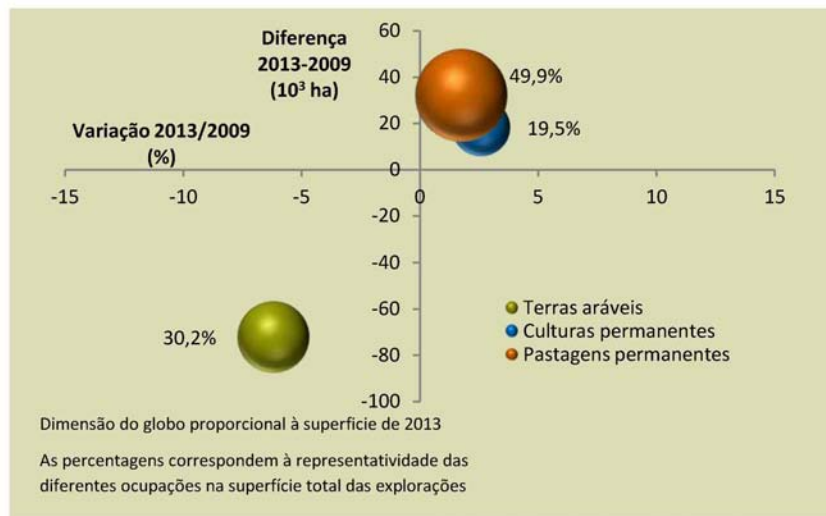
<< **Pousio:** áreas incluídas no afolhamento ou rotação, trabalhadas ou não, sem fornecer colheita durante o ano agrícola, tendo em vista o melhoramento das superfícies.

<< **Culturas permanentes:** ocupam o solo durante um longo período e fornecem repetidas colheitas (excluem-se as pastagens permanentes).

<< **Pastagens permanentes:** superfícies semeadas ou espontâneas, em geral herbáceas, destinadas a serem comidas pelo gado no local em que vegetam, mas que acessoriamente podem ser cortadas em determinados períodos do ano. Não estão incluídas numa rotação e ocupam o solo por um período superior a 5 anos.

<< **Horta familiar:** é a superfície (geralmente inferior a 20 ares) reservada pelo produtor para a cultura de produtos hortícolas ou frutos destinados a autoconsumo.

Figura 4 >> Composição da SAU
(evolução 2009-2013)



A ocupação cultural não se alterou significativamente entre 2009 e 2013, verificando-se um decréscimo de 6,2% das terras aráveis, o que corresponde a uma ligeira perda da importância relativa (de 32,0% em 2009 para 30,2% em 2013).

Em contrapartida as culturas permanentes e as pastagens permanentes aumentaram a área e ganharam importância relativa.

Apesar de generalizado, o decréscimo da superfície das terras aráveis foi mais evidente nos cereais para grão, designadamente nos de outono/inverno, devido à volatilidade dos mercados e à baixa competitividade destas culturas. O milho e o arroz, em contrapartida, registaram aumentos face a 2009.

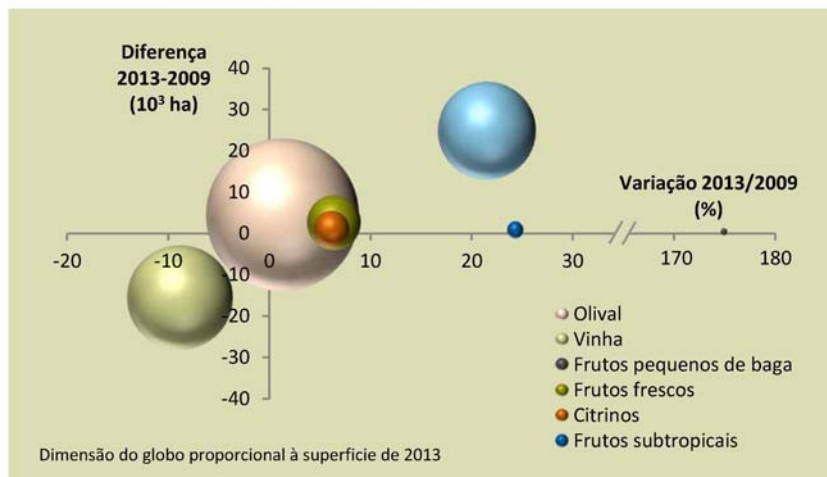
A dinâmica que o setor da horticultura tem evidenciado nos últimos anos não é expressa pela variação negativa da superfície, observada entre 2009 e 2013, reflexo principalmente do decréscimo da área de tomate para indústria (que em 2009 atingiu o valor mais elevado dos últimos quinze anos).

Figura 5 >> Composição das terras aráveis
(evolução 2009-2013)



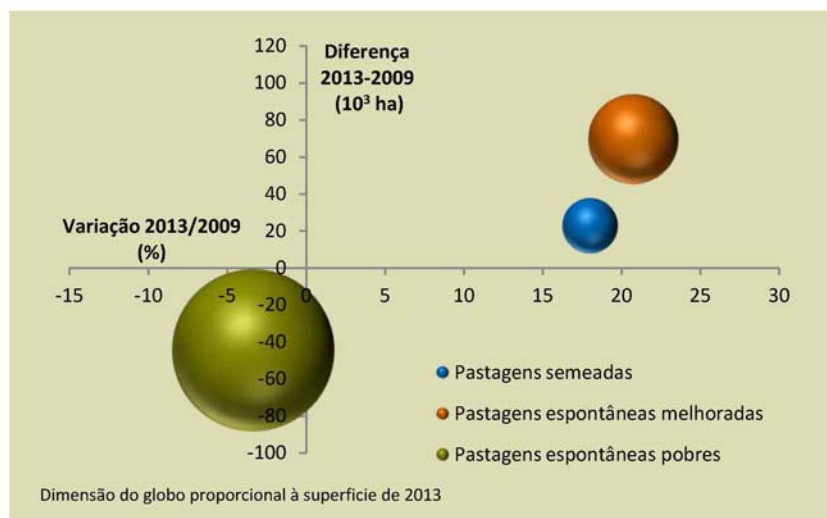
[Decréscimo das terras aráveis,
em especial dos cereais de
outono/inverno]

Figura 6 >> Composição das culturas permanentes (evolução 2009-2013)



A superfície das culturas permanentes aumentou 2,6% entre 2009 e 2013, constituindo a vinha a única exceção, dado que decresceu 8,8%. O olival aumentou 4,4 mil hectares e passou a representar 48,0% da superfície de culturas permanentes. As culturas permanentes que registaram as maiores variações neste período foram os frutos de casca rija (+21,6%), os subtropicais (+24,3%) e os frutos pequenos de baga (+175,7%). Para esta evolução contribuiu o significativo incentivo dado pelo ProDeR à fruticultura, sendo um dos setores com maior relevância nas medidas de apoio ao investimento.

Figura 7 >> Composição das pastagens permanentes (evolução 2009-2013)



As pastagens permanentes em terra limpa e sobcoberto de floresta registaram um aumento da superfície (+1,8%) e também das intervenções técnicas de melhoramento (adubações, regas, drenagens, ressementeiras), observando-se o decréscimo das pastagens pobres (-3,3%) e aumentos nas pastagens espontâneas melhoradas (20,8%), bem como nas pastagens semeadas (18,0%).

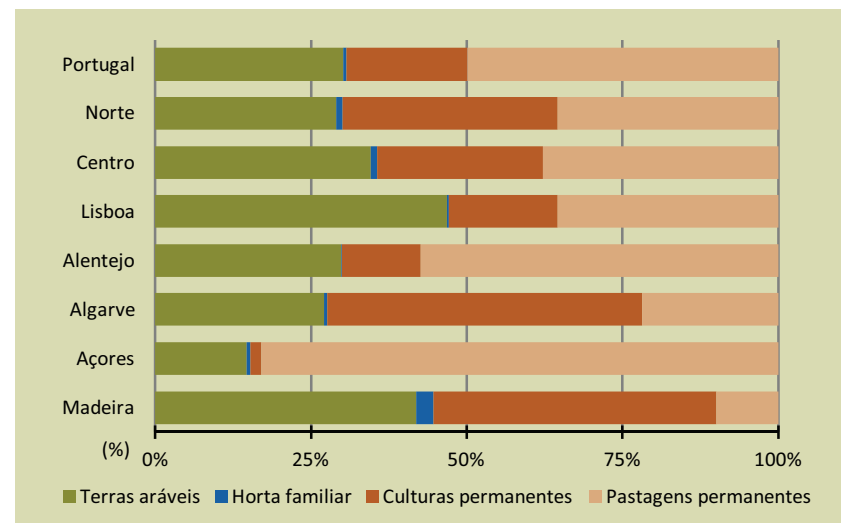


[ProDeR contribui decisivamente para o aumento da área de fruticultura]

[Mais 4,4 mil hectares de olival]

Regionalmente a composição da SAU apresenta uma variabilidade significativa, com as pastagens permanentes a predominarem nos Açores e no Alentejo, enquanto as culturas permanentes assumem maior representatividade no Algarve e na Madeira.

Figura 8 >> Composição da SAU (2013)



>> **Regadio: Valor da Produção Padrão de cada hectare regado é sete vezes superior ao do sequeiro**

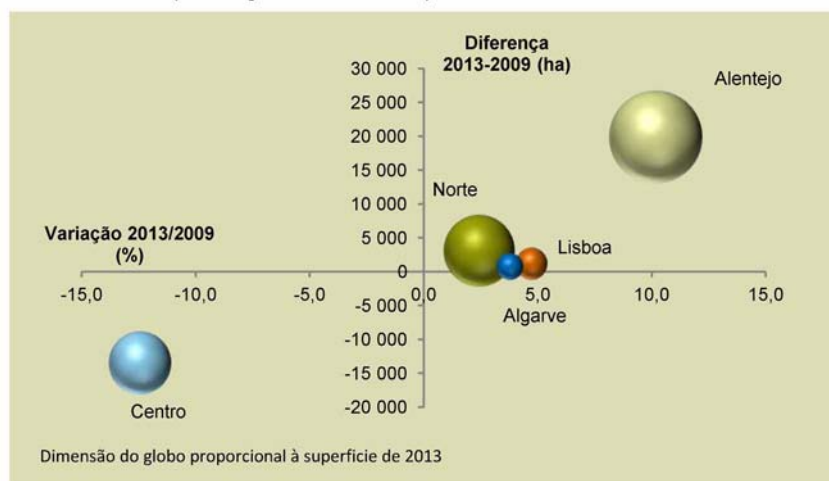
Em 2013, mais de metade das explorações nacionais (50,8%) regaram 479,8 mil hectares (13,2% da SAU e 87,0% da superfície irrigável), correspondendo a um aumento da área regada de 2,3% face a 2009.

Quadro 9 >> Superfície irrigável, superfície regada e VPPT por tipo de exploração e NUTSII (2013)

Classificação das explorações em função da área regada no ano agrícola 2012/2013	Rega no ano agrícola 2012/2013						Superfície irrigável		VPPT	
	Explorações		Superfície regada		SAU					
	(nº)	(%)	(ha)	(% na superfície irrigável)	(ha)	(%)	(ha)	(% na SAU)	(10 ³ euros)	(%)
Total	264 419	100	479 818	87,0	3 641 592	100	551 427	15,1	4 522 865	100
Exclusivamente sequeiro	129 276	48,9	//	//	2 066 928	56,8	21 665	1,0	1 540 692	34,1
Predominantemente sequeiro	44 423	16,8	77 553	73,8	978 277	26,9	105 026	10,7	674 358	14,9
Principalmente sequeiro	25 377	9,6	70 756	85,2	199 888	5,5	83 068	41,6	378 096	8,4
Principalmente regadio	20 616	7,8	78 189	91,7	127 507	3,5	85 254	66,9	366 081	8,1
Predominantemente regadio	43 884	16,6	253 320	98,8	268 992	7,4	256 413	95,3	1 347 661	29,8
Sem SAU	844	0,3	//	//	//	//	//	//	215 977	4,8
NUTS II										
Norte	98 824	37,4	124 936	81,6	646 610	17,8	153 151	23,7	927 510	20,5
Centro	86 291	32,6	95 808	81,1	558 021	15,3	118 068	21,2	1 212 801	26,8
Lisboa	6 128	2,3	24 153	89,4	74 366	2,0	27 005	36,3	307 504	6,8
Alentejo	37 727	14,3	213 855	92,3	2 146 508	58,9	231 625	10,8	1 436 362	31,8
Algarve	11 557	4,4	16 785	97,2	92 234	2,5	17 269	18,7	133 556	3,0
Açores	11 825	4,5	335	//	118 589	3,3	//	//	419 382	9,3
Madeira	12 068	4,6	3 947	91,6	5 262	0,1	4 308	81,9	85 749	1,9

A classificação das explorações, em função da proporção da área regada na respetiva SAU, indica que as explorações exclusivamente de sequeiro, que representam 48,9% do total e 56,8% da SAU, geram 34,1% do VPPT, sendo a maior parte dos seus proveitos provenientes da produção pecuária. Esta análise evidencia, no entanto, a importância do regadio, dado que as explorações que regam a maior parte da SAU representam praticamente 1/4 do total e, embora explorem apenas 10,9% da SAU, geram 37,9% dos VPPT. O VPPT por hectare de SAU nas explorações predominantemente de regadio atinge os 5 mil euros, valor quatro vezes superior à média nacional e sete vezes maior que o alcançado pelas explorações exclusivamente de sequeiro.

Figura 9 >> Superfície regada por NUTS II
(evolução 2009-2013)



O desenvolvimento do regadio no Alentejo, promovido pela infraestrutura do Alqueva, é comprovado pelo facto de, desde 2009, a superfície regada ter registado um aumento de praticamente 20 mil hectares (+10,2%). Apesar da superfície irrigável representar somente 10,8% da SAU do Alentejo, 44,6% da superfície regada em 2012/2013 efetuou-se nesta NUTS II.

[Alqueva promove aumento de 20 mil hectares de regadio no Alentejo]

- << **Superfície irrigável:** superfície máxima da exploração que no decurso do ano agrícola, poderia, se necessário, ser irrigada por meio de instalações técnicas próprias da exploração e por uma quantidade de água normalmente disponível.
- << **Superfície regada:** superfície agrícola da exploração ocupada por culturas temporárias principais, culturas permanentes e prados e pastagens permanentes (exclui a horta familiar e as estufas) que foram regadas pelo menos uma vez no ano agrícola.
- << **Explorações agrícolas em sistemas de agricultura exclusivamente de sequeiro:** explorações agrícolas que não apresentam áreas de regadio.
- << **Explorações agrícolas baseadas em sistemas de agricultura predominantemente de sequeiro:** explorações cujas áreas de regadio representam menos de 25% da respetiva SAU.
- << **Explorações agrícolas baseadas em sistemas de agricultura principalmente de sequeiro:** explorações cujas áreas de regadio representam entre 25% a menos de 50% da respetiva SAU.
- << **Explorações agrícolas baseadas em sistemas de agricultura principalmente de regadio:** explorações cujas áreas de regadio representam entre 50% a menos de 75% da respetiva SAU.
- << **Explorações agrícolas baseadas em sistemas de agricultura predominantemente de regadio:** explorações cujas áreas de regadio são superiores a 75% da respetiva SAU.

>> **Efetivos animais: redução do número de explorações e aumento generalizado da dimensão média do efetivo por exploração**

Quadro 10 >> Efetivos animais por NUTS II (2013)

NUTSII	Bovinos				Suínos				Ovinos				Caprinos			
	Explorações		Cabeças		Explorações		Cabeças		Explorações		Cabeças		Explorações		Cabeças	
	(nº)	(%)	(10 ³ nº)	(%)	(nº)	(%)	(10 ³ nº)	(%)	(nº)	(%)	(10 ³ nº)	(%)	(nº)	(%)	(10 ³ nº)	(%)
Portugal	40 733	100	1 407	100	40 591	100	1 845	100	44 065	100	2 067	100	28 444	100	383	100
Continente	32 820	80,6	1 146	81,4	35 829	88,3	1 802	97,6	42 197	95,8	2 057	99,5	24 701	86,8	369	96,4
Norte	19 195	47,1	323	22,9	14 364	35,4	67	3,6	14 521	33,0	380	18,4	5 515	19,4	94	24,6
Centro	8 413	20,7	169	12,0	17 513	43,1	618	33,5	16 928	38,4	505	24,4	15 169	53,3	151	39,4
Lisboa	479	1,2	36	2,6	431	1,1	121	6,5	1 443	3,3	50	2,4	492	1,7	9	2,5
Alentejo	4 414	10,8	607	43,1	2 371	5,8	981	53,1	8 527	19,4	1 082	52,4	2 751	9,7	98	25,5
Algarve	319	0,8	11	0,8	1 149	2,8	15	0,8	777	1,8	40	1,9	773	2,7	17	4,5
Açores	6 878	16,9	257	18,3	2 874	7,1	39	2,1	767	1,7	4	0,2	1 642	5,8	7	1,8
Madeira	1 035	2,5	5	0,3	1 888	4,7	5	0,2	1 102	2,5	6	0,3	2 101	7,4	7	1,8

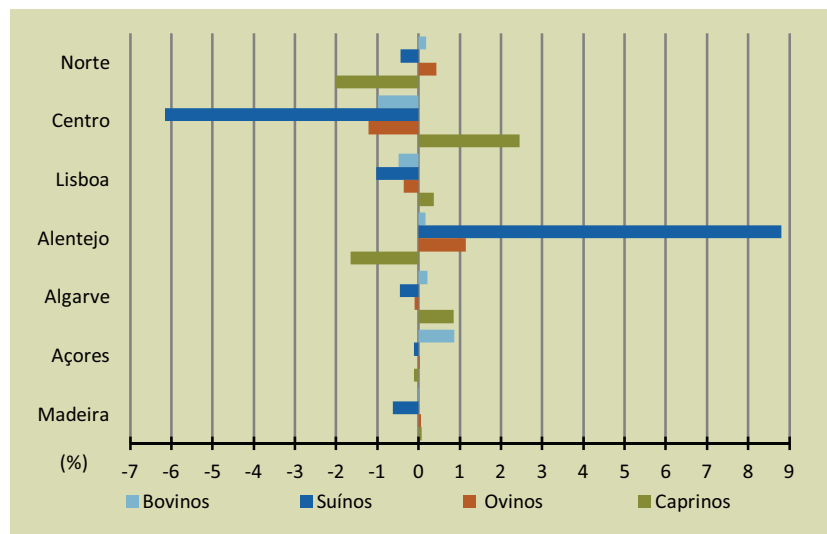
NUTSII	Bovinos		Suínos		Ovinos		Caprinos	
	(nº cab./expl.)		(nº cab./expl.)		(nº cab./expl.)		(nº cab./expl.)	
Portugal	34,5		45,5		46,9		13,5	
Continente	34,9		50,3		48,8		15,0	
Norte	16,8		4,7		26,2		17,1	
Centro	20,1		35,3		29,8		9,9	
Lisboa	75,2		279,8		34,5		19,1	
Alentejo	137,5		413,6		126,9		35,4	
Algarve	34,0		12,9		51,4		22,5	
Açores	37,4		13,5		5,5		4,2	
Madeira	4,4		2,4		5,2		3,2	

Entre 2009 e 2013 a distribuição relativa das principais espécies manteve-se sem alteração significativa, sendo os ovinos o efetivo animal com maior dimensão (36,3% do efetivo total), com 2 067 mil cabeças, seguidos do efetivo suíno (32,4% do efetivo total), que atingiu 1 845 mil cabeças, dos bovinos (24,7% do efetivo total), com 1 407 mil cabeças e finalmente os caprinos (6,7% do efetivo total) com 383 mil cabeças.



A distribuição regional dos efetivos manteve-se, face a 2009. À exceção dos caprinos, o Alentejo é a principal região pecuária do país, caracterizando-se por uma elevada concentração dos sistemas de produção animal: a produção de bovinos (43,1% do efetivo em 10,8% das explorações, sendo que em 2009 era 43,0% em 8,9% das explorações), de suínos (53,1% do efetivo em 5,8% das explorações, sendo que em 2009 era 44,3% em 6,0% das explorações) e de ovinos (52,4% do efetivo em 19,4% das explorações, tendo em 2009 reunido 51,2% dos animais em 18,4% das explorações). O efetivo caprino continua a predominar no Centro, com 39,4% do efetivo nacional e 53,3% das explorações, sendo que em 2009 detinha 37,0% deste efetivo e 55,2% das explorações.

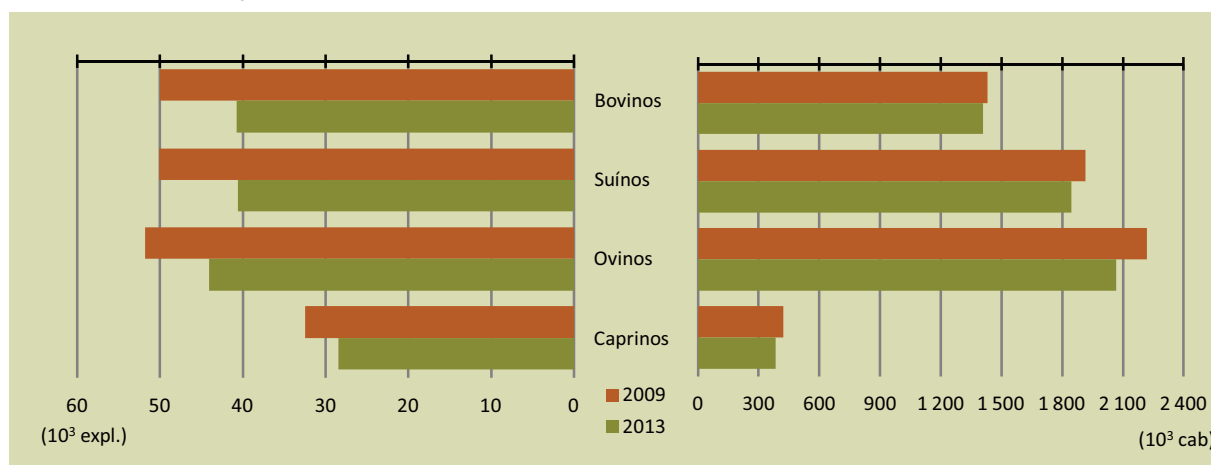
Figura 10 >> Estrutura dos efetivos, por NUTSII
(variação 2009-2013)



Ainda em termos estruturais, entre 2009 e 2013, é de assinalar o aumento do peso da produção de suínos no Alentejo (reforçado em 8,8 p.p., tendo passado de 44,3% em 2009 para 53,1% em 2013), principalmente em detrimento do Centro, que perdeu 6,2 p.p. do peso relativo a nível nacional. Relevante também o aumento do peso dos caprinos no Centro (+2,5 p.p.), sobretudo à custa do Norte e Alentejo.

Verificou-se uma diminuição do número de explorações agrícolas com animais, reflexo sobretudo do desaparecimento de unidades com um número reduzido de efetivos pecuários. Esta situação resultou num decréscimo do número de explorações para as principais espécies: bovinos (-18,4%), suínos (-19,0%) ovinos (-14,9%) e caprinos (-12,5%).

Figura 11 >> Nº de Explorações e Efetivos por espécie
(variação 2009-2013)



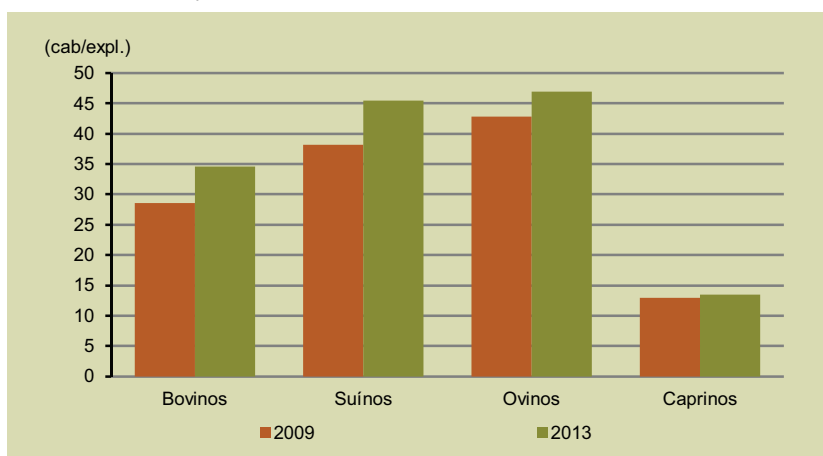
No que respeita aos efetivos totais nestas quatro espécies, a tendência foi igualmente de decréscimo, se bem que de forma menos acentuada que o respetivo número de explorações. O número de bovinos decresceu 1,6%, enquanto nos restantes efetivos o número de cabeças diminui de forma mais significativa: menos 3,6% para os suínos, menos 6,9% nos ovinos e menos 9,0% nos caprinos relativamente a 2009.



Esta evolução teve como resultado o aumento da dimensão média dos efetivos por cada exploração com animais. De 2009 a 2013 o número médio de bovinos por exploração passou de 28,6 cabeças para 34,5 cabeças (em média mais 6 cabeças por exploração); para os suínos este indicador foi de 45,5 cabeças por exploração (aumentou 7 cabeças). Os ovinos passaram de 42,9 para 46,9 cabeças por exploração e para os caprinos registou-se um ligeiro aumento (+1 cabeça), com 13,5 cabeças por exploração em 2013.

[NUTS II Alentejo concentra a maior percentagem do efetivo bovino, suíno e ovino]

Figura 12 >> Dimensão média dos efetivos, por espécie (2013)



>> População agrícola familiar: decresceu, passando a representar 6,5% da população residente

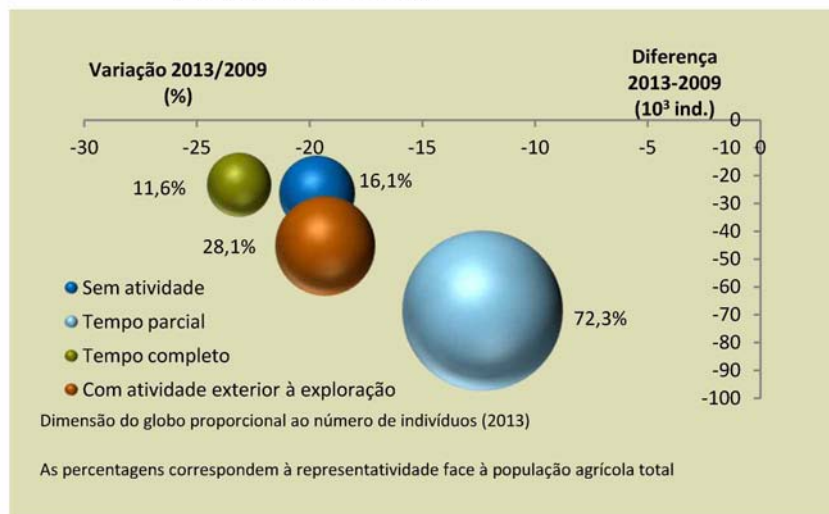
Quadro 11 >> População residente, população agrícola familiar e mão-de-obra familiar, por NUTSII (variação 2009-2013)

NUTS II	Estimativas da população residente (2013)		População agrícola familiar			
	(nº)	(%)	(nº)	(%)	Variação (2009-2013) (%)	Na população residente (%)
Portugal	10 427 301	100,0	674 573	100,0	-15,0	6,5
Continente	9 918 548	95,1	604 926	89,7	-14,8	6,1
Norte	3 644 195	34,9	263 070	39,0	-12,9	7,2
Centro	2 281 164	21,9	222 772	33,0	-16,9	9,8
Lisboa	2 807 525	26,9	14 886	2,2	-17,0	0,5
Alentejo	743 306	7,1	79 739	11,8	-14,0	10,7
Algarve	442 358	4,2	24 460	3,6	-16,3	5,5
Açores	247 440	2,4	34 670	5,1	-18,4	14,0
Madeira	261 313	2,5	34 977	5,2	-14,2	13,4

NUTS II	Sem atividade	Mão-de-obra agrícola familiar				
		Tempo parcial	Tempo completo	Variação (2009-2013)	Com atividade exterior	
	(nº)	(nº)	(nº)	(%)	(nº)	Na população agrícola (%)
Portugal	108 742	487 761	78 069	-14,0	189 650	28,1
Continente	86 691	446 753	71 483	-14,0	169 908	28,1
Norte	37 055	188 615	37 400	-11,4	70 634	26,8
Centro	25 683	175 061	22 029	-15,4	66 671	29,9
Lisboa	3 366	9 284	2 236	-23,4	4 502	30,2
Alentejo	17 340	54 698	7 701	-16,0	22 724	28,5
Algarve	3 247	19 095	2 117	-15,6	5 377	22,0
Açores	12 720	18 414	3 536	-14,7	8 712	25,1
Madeira	9 331	22 595	3 051	-13,6	11 030	31,5

A população agrícola familiar, formada pelo produtor e pelos membros do seu agregado doméstico, quer tenham trabalhado ou não na exploração, é constituída por 674,6 mil indivíduos, o que representa 6,5% da população residente em Portugal e corresponde a um decréscimo de 15,0% relativamente a 2009. A população agrícola familiar tem maior expressão nas Regiões Autónomas e no Alentejo, enquanto em Lisboa apenas representa 0,5% da população residente.

Figura 13 >> População e mão-de-obra familiar (evolução 2009-2013)



Os 565,8 mil indivíduos da população agrícola familiar que trabalham nas explorações (-14,0% que 2009) representam 83,9% do total. Destes trabalhadores, apenas 13,8% trabalham a tempo completo. Para complementarem o rendimento da atividade agrícola da exploração, 28,1% dos indivíduos da população agrícola familiar exercem outra atividade remunerada não relacionada com a exploração, quer como trabalhadores por conta de outrem, quer como empresários.

O índice de envelhecimento da população agrícola familiar (número de indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos por 100 indivíduos com menos de 15 anos) é praticamente cinco vezes superior ao da população residente. Em contrapartida, o índice de longevidade (número de indivíduos com 75 ou mais anos por 100 indivíduos com 65 ou mais anos) é mais baixo na população agrícola familiar (45,4) que na população residente (49,0).

[Mais de 1/4 dos indivíduos da população agrícola familiar tem outra atividade remunerada exterior à exploração]



<< **População residente:** pessoas que, independentemente de no momento de observação, estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

<< **População agrícola familiar:** conjunto de pessoas que fazem parte do agregado doméstico do produtor (singular) quer trabalhem ou não na exploração, bem como de outros membros da família que não pertencendo ao agregado doméstico, participam regularmente nos trabalhos agrícolas da exploração.

>> Produtores agrícolas singulares: mais idosos e ainda pouco qualificados

Os produtores agrícolas singulares são maioritariamente homens (68,3%) e têm em média 64 anos, sendo que mais de 52,0% tem uma idade igual ou superior a 65 anos. A grande maioria dos produtores agrícolas apenas concluiu o ensino básico (70,0%) e somente 5,5% são titulares de habilitações ao nível do ensino superior.

Quadro 12 >> Produtor agrícola singular, segundo o género, classes etárias, por nível de instrução (2013)

Características do produtor singular	Total		Classes etárias								
			< 40 anos			40 a < 65 anos			≥ 65 anos		
	(nº Ind.)	(%)	(nº Ind.)	(%)	No total (%)	(nº Ind.)	(%)	No total (%)	(nº Ind.)	(%)	No total (%)
Total	253 493	100,0	11 441	100,0	4,5	110 191	100,0	43,5	131 861	100,0	52,0
Homens	173 204	68,3	7 820	68,4	4,5	73 067	66,3	42,2	92 316	70,0	53,3
Mulheres	80 289	31,7	3 621	31,6	4,5	37 123	33,7	46,2	39 545	30,0	49,3
Nível de instrução											
Nenhum	47 154	18,6	70	0,6	0,1	5 083	4,6	10,8	42 000	31,9	89,1
Básico	177 468	70,0	6 258	54,7	3,5	88 913	80,7	50,1	82 297	62,4	46,4
Secundário/Pós-secundário	14 815	5,8	2 893	25,3	19,5	9 184	8,3	62,0	2 738	2,1	18,5
Superior	14 056	5,5	2 220	19,4	15,8	7 010	6,4	49,9	4 826	3,7	34,3
Formação agrícola											
Exclusivamente prática	214 539	84,6	6 460	56,5	3,0	85 387	77,5	39,8	122 692	93,0	57,2
F.P. em atividades agrícolas	35 477	14,0	4 034	35,3	11,4	22 808	20,7	64,3	8 634	6,5	24,3
Completa	3 477	1,4	947	8,3	27,2	1 995	1,8	57,4	535	0,4	15,4
Tempo de atividade											
Tempo completo	49 422	19,5	2 502	21,9	5,1	25 067	22,7	50,7	21 853	16,6	44,2
Tempo parcial	204 070	80,5	8 939	78,1	4,4	85 124	77,3	41,7	110 008	83,4	53,9
Outras atividade lucrativas											
Não relacionadas c/ a exploração	59 614	23,5	6 788	59,3	11,4	47 252	42,9	79,3	5 574	4,2	9,4

Relativamente à formação profissional agrícola, 84,6% dos produtores (89,2% em 2009) contam unicamente com a sua experiência para desenvolver a atividade agrícola (formação exclusivamente prática), 14,0% (9,9% em 2009) frequentaram cursos de formação profissional relacionados com a atividade agrícola e apenas 1,4% (1,0% em 2009) possuem formação superior na área das ciências agroflorestais.

Os produtores agrícolas trabalham em média 21,3 horas por semana, sendo que menos de 1/5 trabalha a tempo completo na exploração (225 dias ou 1 800 horas/ano ou 40 horas/semana). Praticamente 1/4 dos produtores agrícolas singulares (23,5%) declararam ter outras atividades lucrativas exteriores à exploração, situação com maior expressão nos produtores mais jovens (59,3% dos produtores com menos de 40 anos têm atividades complementares à exploração agrícola), enquanto nos mais idosos é praticamente residual a procura de outras atividades (4,2%).

[Poucos produtores agrícolas (14%) têm formação profissional na área agrícola]

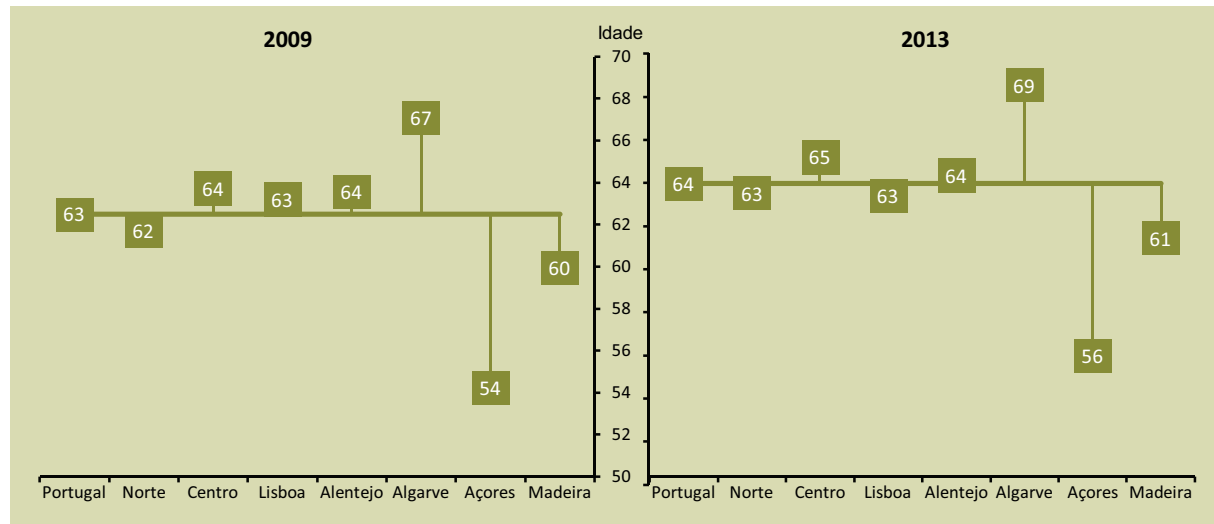
[Menos de 1/5 dos produtores trabalha a tempo completo na sua exploração]

[Os produtores agrícolas têm em média 64 anos]



Entre 2009 e 2013 verificou-se um ligeiro aumento da idade média do produtor, que passou dos 63 para os 64 anos.

Figura 14 >> Idade média do produtor agrícola
(2009-2013)



- << **Produtor agrícola:** responsável jurídico e económico da exploração, isto é, a pessoa física ou moral por conta e em nome da qual a exploração produz, retira os benefícios e suporta as perdas eventuais, tomando as decisões de fundo relativas ao sistema de produção, investimentos, empréstimos, etc.
- << **Produtor singular:** produtor agrícola enquanto pessoa física, englobando o produtor autónomo e o produtor empresário. Excluem-se as entidades coletivas tais como: sociedades, cooperativas, Estado, etc.
- << **Ensino básico:** nível de ensino que se inicia cerca da idade de seis anos, com a duração de nove anos, cujo programa visa assegurar uma preparação geral comum a todos os indivíduos, permitindo o prosseguimento posterior de estudos ou a inserção na vida ativa. Compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1º de quatro anos, o 2º de dois anos e o 3º de três anos. É universal, obrigatório e gratuito.
- << **Ensino secundário:** nível de ensino que corresponde a um ciclo de três anos (10º, 11º e 12º anos de escolaridade), que se segue ao ensino básico e que visa aprofundar a formação do aluno para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mundo do trabalho. Está organizado em cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos e cursos predominantemente orientados para a vida ativa.
- << **Ensino superior:** nível de ensino que compreende os ensinos universitário e politécnico, aos quais têm acesso indivíduos habilitados com um curso secundário ou equivalente e indivíduos maiores de 23 anos que, não possuindo a referida habilitação, revelem qualificação para a sua frequência através de prestação de provas.

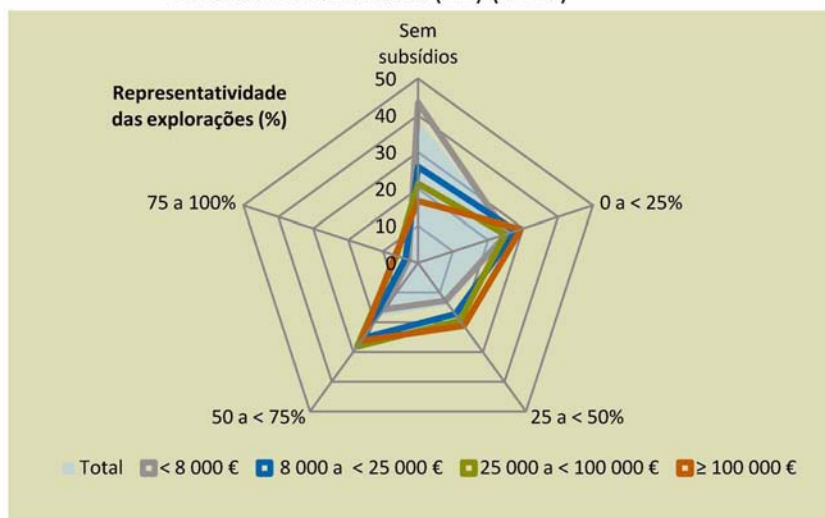
>> Ajudas e subsídios: mais de 1/3 dos produtores agrícolas não recebe subsídios

Quando questionados acerca da importância das ajudas/subsídios no rendimento da exploração, 38,7% dos produtores agrícolas declararam que não receberam em 2012/2013 qualquer subsídio pago pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP). De acordo com as declarações dos produtores, a importância dos subsídios no rendimento da exploração não está correlacionada com a respetiva DE.

[43% das explorações muito pequenas não recebem qualquer subsídio]

[3% dos produtores declararam que os subsídios têm um peso superior a 3/4 no rendimento da exploração]

Figura 16 >> Importância dos subsídios no rendimento das explorações, por classes de Dimensão Económica (DE) (2013)



Efetivamente, quando se analisa a representatividade do número de explorações cujos produtores declararam uma importância dos subsídios no rendimento da exploração inferior a 25%, verifica-se que o valor é semelhante em todas as classes de DE, situando-se entre os 25,4% (nas explorações com menos de 8 mil euros de VPPT) e os 29,4% (nas explorações com mais de 100 mil euros de VPPT). Um número muito reduzido de produtores (3,2%), mas ainda assim abrangendo todo o espectro de DE, declarou que as ajudas e subsídios pagas pelo IFAP assumem uma importância no rendimento da exploração superior a 75%.

>> Rendimento do agregado doméstico do produtor agrícola: poucos vivem exclusivamente da agricultura

[6,2% dos agricultores obtêm o rendimento exclusivamente da agricultura]

A análise da origem do rendimento do agregado doméstico do produtor agrícola singular mostra que apenas 6,2% declararam que o rendimento resulta exclusivamente da atividade da exploração agrícola. Em contrapartida, em 81,1% dos agregados domésticos do produtor, o rendimento provém maioritariamente de origens exteriores à exploração.

Quadro 13 >> Origem do rendimento do agregado doméstico do produtor, por DE (2013)

Classes de DE	Rendimento exclusivamente da atividade da exploração		Rendimento principalmente da atividade da exploração		Rendimento principalmente de origem exterior à exploração	
	(nº expl.)	(%)	(nº expl.)	(%)	(nº expl.)	(%)
Total	15 656	6,2	32 149	12,7	205 687	81,1
Muito pequenas (< 8 000 euros)	5 663	2,8	14 809	7,4	179 451	89,8
Pequenas (8 000 - < 25 000 euros)	4 136	12,6	8 316	25,4	20 353	62,0
Médias (25 000 - < 100 000 euros)	4 055	25,8	6 554	41,7	5 095	32,4
Grandes (> 100 000 euros)	1 803	35,6	2 469	48,8	788	15,6

Nas explorações muito pequenas, com VPPT inferiores a 8 000 euros, apenas 2,8% dos agregados obtêm rendimentos exclusivamente da exploração, declarando a maior parte dos indivíduos (89,8%) que os proveitos auferidos resultam principalmente de fontes exteriores à exploração. Nas explorações grandes, com VPPT superiores a 100 000 euros, a situação inverte-se, com 35,6% dos agregados familiares do produtor a declararem que o rendimento provém exclusivamente da exploração, sendo que somente 15,6% afirmam que o rendimento de origem exterior à atividade agrícola da exploração é mais importante.

Praticamente 2/3 dos agregados domésticos do produtor declararam receber pensões e reformas e 7,4% afirmaram complementar o seu rendimento agrícola com outra atividade empresarial.

Quadro 14 >> Origem do rendimento do agregado doméstico do produtor exterior à exploração¹ (2013)

Origem do rendimento exterior à exploração	Rendimento exclusivamente da exploração		Rendimento principalmente da exploração		Rendimento principalmente de origem exterior		Total
	(nº expl.)	(%)	(nº expl.)	(%)	(nº expl.)	(%)	(%)
Exploração Agrícola	15 656	6,2	32 149	12,7	205 687	81,1	100,0
Salários do setor primário	//	//	2 573	1,0	11 394	4,5	5,5
Salários do setor secundário	//	//	3 356	1,3	27 444	10,8	12,2
Salários do setor terciário	//	//	6 350	2,5	46 926	18,5	21,0
Atividade empresarial	//	//	1 654	0,7	17 024	6,7	7,4
Pensões e reformas	//	//	18 439	7,3	147 165	58,1	65,3
Outras origens	//	//	3 431	1,4	14 913	5,9	7,2

¹ Cada agregado doméstico do produtor pode ter várias origens do rendimento exterior à exploração



A importância das pensões e reformas como complemento do rendimento do agregado doméstico do produtor, está naturalmente relacionada com a idade avançada da população agrícola.

[2/3 dos agregados domésticos do produtor recebem pensões e reformas]

[7% dos produtores complementa o rendimento da exploração com outras atividades empresariais]

>> **Mão-de-obra agrícola assalariada: representa apenas 1/4 do volume de trabalho agrícola, maioritariamente assente na estrutura familiar**

[20,7 mil explorações empregam 60,5 mil assalariados agrícolas]

A mão-de-obra agrícola não familiar é composta pelos trabalhadores permanentes e eventuais, bem como pela mão-de-obra não contratada diretamente pelo produtor (prestação de serviços). Os trabalhadores permanentes, isto é, os assalariados que trabalham com regularidade na exploração, correspondem a 60,5 mil indivíduos (+20,5% face a 2009) empregados em 20,7 mil explorações (7,9% das explorações). Destes, 11,2 mil assumem uma função de gestão das explorações e 35,3 mil assalariados rurais trabalham a tempo completo.

Quadro 15 >> Trabalhadores permanentes assalariados, segundo a função e o tempo de atividade, por NUTSII (2013)

NUTSII	Total de trabalhadores permanentes assalariados			Dirigentes assalariados ¹		Outros trabalhadores permanentes assalariados			
						Total		A tempo completo	A tempo parcial
	(nº ind.)	UTA	(nº expl.)	(nº ind.)	(%)	(nº ind.)	(%)	(nº ind.)	(nº ind.)
Portugal	60 562	48 493	20 762	11 171	100,0	49 391	100,0	35 307	14 085
Continente	57 217	46 010	19 105	10 758	96,3	46 459	94,1	33 766	12 693
Norte	19 016	14 268	7 332	3 184	28,5	15 833	32,1	9 058	6 774
Centro	12 458	10 109	4 154	2 438	21,8	10 020	20,3	7 560	2 460
Lisboa	4 082	3 506	988	736	6,6	3 347	6,8	2 777	569
Alentejo	18 516	15 452	5 935	4 069	36,4	14 447	29,2	12 176	2 270
Algarve	3 145	2 675	695	332	3,0	2 813	5,7	2 193	619
Açores	1 932	1 535	1 029	222	2,0	1 710	3,5	993	717
Madeira	1 413	948	628	191	1,7	1 222	2,5	547	675

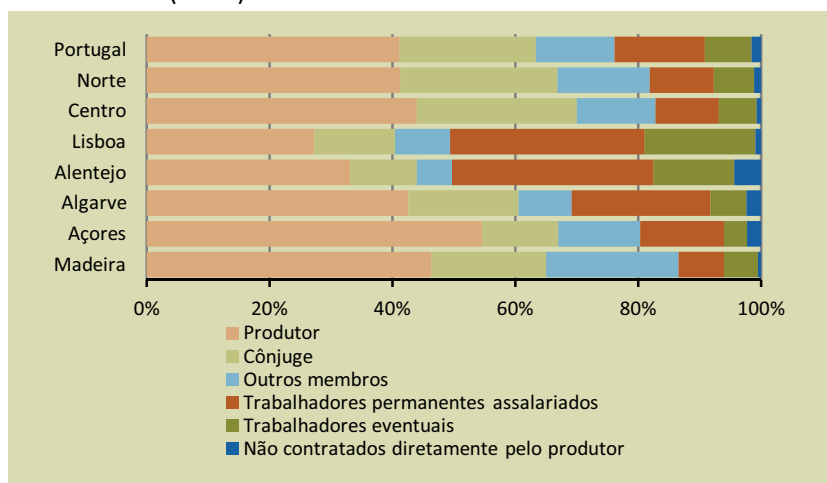
¹ Inclui o dirigente assalariado do produtor singular e todos os dirigentes das outras naturezas jurídicas (sociedade, baldio, Estado e pessoas públicas ou outras entidades).

A mão-de-obra assalariada permanente, que tem maior representatividade em Lisboa e no Alentejo, contribuiu com 48,5 mil Unidades de Trabalho Ano (UTA), o que representa 14,8% do volume total de mão-de-obra agrícola (11,3% em 2009).

A mão-de-obra agrícola baseia-se essencialmente na estrutura familiar, dado que mais de 3/4 do volume de trabalho (76,1%) assenta na população agrícola familiar, em particular no produtor.

A mão-de-obra agrícola não familiar inclui também os trabalhadores eventuais, que são responsáveis por 7,6% do volume de trabalho agrícola. De referir ainda que 1,6% do trabalho agrícola é efetuado com recurso à prestação de serviços (mão-de-obra não contratada diretamente pelo produtor).

Figura 15 >> Composição da mão-de-obra agrícola em Unidade de Trabalho Ano (UTA), por NUTS II (2013)



[Recurso à prestação de serviços agrícolas ainda é residual (1,6% da mão-de-obra agrícola)]

<< **Mão-de-obra familiar:** pessoas pertencentes ao agregado doméstico do produtor que trabalham na exploração, bem como os membros da família do produtor que não pertencendo ao seu agregado doméstico trabalham regularmente na exploração.

<< **Mão-de-obra não familiar:** pessoas remuneradas pela exploração e ocupadas nos trabalhos agrícolas da exploração que não sejam nem o produtor nem membros da sua família.

<< **Mão-de-obra não contratada diretamente pelo produtor:** pessoas não contratadas diretamente pelo produtor que efetuam trabalho agrícola na exploração, fazendo-o por conta própria ou por conta de terceiros (caso de cooperativas ou empresas de trabalho à tarefa).

<< **Trabalhadores permanentes:** assalariado que trabalha com regularidade na exploração ao longo do ano agrícola, isto é, todos os dias, alguns dias por semana ou alguns dias por mês.

<< **Dirigente da exploração:** pessoa responsável pela gestão corrente e quotidiana da exploração agrícola e que tem nela obrigatoriamente uma ocupação regular. Entende-se por gestão quotidiana da exploração a tomada de decisões dia a dia, respeitantes aos trabalhos a realizar na exploração e às operações sem grande repercussão económica, no andamento da exploração.

<< **Unidade de Trabalho Ano (UTA):** unidade de medida equivalente ao trabalho de uma pessoa a tempo completo realizado num ano medido em horas (1 UTA = 225 dias de trabalho a 8 horas por dia).

>> Indicadores laborais: aumento da produtividade e eficiência da mão-de-obra agrícola

Quadro 16 >> Indicadores laborais, por classes de SAU, dimensão económica (DE) e natureza jurídica (2009-2013)

	UTA	UTA média por exploração (UTA/expl.)	VPPT médio por UTA (10 ³ euros/UTA)	UTA média por SAU (UTA/100 ha)	UTA média por CN (UTA/100 CN)
Total					
2009	367 393	1,2	12,6	10,0	16,7
2013	328 658	1,2	13,8	9,0	16,1
Variação (%)	-10,5	3,3	9,0	-9,9	-3,1
Classes de SAU					
S/ SAU	3 153	3,7	68,5	//	1,3
> 0 a < 1 ha	46 691	0,9	4,4	169,5	58,5
1 a < 5 ha	148 146	1,1	5,1	47,6	55,8
5 a < 20 ha	70 258	1,4	14,6	14,8	19,7
20 a < 50 ha	24 795	1,9	29,6	6,2	9,5
>= 50 ha	35 615	3,3	44,7	1,5	4,3
Classes de DE					
Muito pequenas (< 8 000 euros)	192 626	1,0	2,5	30,3	129,6
Pequenas (8 000 - < 25 000 euros)	51 247	1,5	9,3	10,5	30,1
Médias (25 000 - < 100 000 euros)	40 041	2,1	23,7	4,4	10,9
Grandes (> 100 000 euros)	44 744	5,1	58,4	2,8	3,3
Natureza Jurídica					
Produtor singular	281 469	1,1	9,8	12,0	25,6
Sociedade	44 384	4,5	38,9	3,9	4,8
Outras formas	2 805	2,9	54,3	0,1	27,4
NUTS II					
Norte	137 402	1,4	6,8	21,2	39,1
Centro	97 280	1,1	12,5	17,4	17,0
Lisboa	11 107	1,8	27,7	14,9	16,9
Alentejo	47 087	1,2	30,5	2,2	5,8
Algarve	11 801	1,0	11,3	12,8	61,6
Açores	11 206	0,9	37,4	9,4	5,5
Madeira	12 775	1,1	6,7	242,8	136,4

Desde 2009 que, apesar do decréscimo do volume de trabalho agrícola (-10,5%), se tem verificado uma melhoria dos indicadores laborais relacionados com a produtividade (expressa em VPPT por UTA) e com a eficiência do trabalho (medida em UTA por hectares de SAU e por CN). Em 2013, cada exploração recorreu em média a 1,2 UTA (+3,3% que em 2009), gerando cada UTA em média 13,8 mil euros de VPPT (+9,0%). Por outro lado, para explorar 100 hectares de SAU foram necessárias em média 9,0 UTA (em 2009 eram necessárias 10,0 UTA) e para produzir 100 CN foram necessárias 16,1 UTA (-3,1%).

Existe uma relação direta entre a produtividade e a eficiência do trabalho agrícola com a dimensão e o profissionalismo da gestão das explorações agrícolas. Efetivamente, nas explorações de maior dimensão cada UTA gera um valor de VPPT consideravelmente superior ao obtido nas pequenas explorações (10 vezes maior, quando se comparam as explorações com 50 ou mais hectares de SAU com as explorações com menos de 1 hectare e 23 vezes superior quando se relacionam as classes DE). De referir que nas explorações sem SAU estão incluídas as explorações de pecuária intensiva, designadamente os aviários e as suiniculturas industriais, razão pela qual a produtividade é muito elevada (68,5 mil euros de VPPT por UTA).

Comparativamente com os produtores singulares, as sociedades agrícolas, de um modo geral com uma gestão mais profissionalizada, apresentam indicadores laborais mais competitivos, pois geram mais VPPT por UTA e para atividades idênticas recorrem a menos mão-de-obra.

A Região Autónoma dos Açores e o Alentejo apresentam as explorações com maior produtividade média, por oposição ao Norte e à Região Autónoma da Madeira.

[Cada UTA gera em média 13,8 mil euros (+1,1 mil euros que em 2009)]

[Para explorar 100 hectares de SAU são necessárias 9 UTA (-1 UTA que em 2009)]



>> Mecanização: utilização de tratores sem alteração desde 2009

Quadro 17 >> Utilização de tratores, por classes de SAU e dimensão económica (DE) e NUTS II (variação 2009-2013)

	Explorações que utilizam trator							
	(nº)	No total das explorações		Explorações c/ trator próprio			Explorações que utilizam trator não pertencente à exploração	
		(%)	Variação 2009-2013 (p.p.)	(nº)	No total das expl. (%)	Tratores por 100 ha de SAU (nº)	(nº)	No total das expl. (%)
Total	212 549	80,4	-1,4	139 245	52,7	5,0	98 216	37,1
Classes de SAU								
S/ SAU	290	34,4	6,3	249	29,5	//	46	5,4
> 0 a < 1 ha	26 523	51,5	-5,0	13 116	25,5	49,8	14 634	28,4
1 a < 5 ha	118 254	85,2	-1,8	72 047	51,9	25,8	60 220	43,4
5 a < 20 ha	45 194	91,0	-1,8	34 531	69,5	10,1	17 001	34,2
20 a < 50 ha	12 121	93,9	0,3	10 278	79,7	4,6	3 842	29,8
>= 50 ha	10 167	95,0	1,5	9 024	84,3	0,9	2 473	23,1
Classes de DE								
Muito pequenas (< 8 000 euros)	157 658	77,9	-1,3	92 168	45,6	16,0	80 511	39,8
Pequenas (8 000 - < 25 000 euros)	29 640	85,5	-2,2	24 498	70,6	6,7	9 585	27,6
Médias (25 000 - < 100 000 euros)	16 841	90,1	-4,5	14 727	78,8	2,8	5 143	27,5
Grandes (> 100 000 euros)	8 410	95,9	-0,4	7 852	89,5	1,4	2 977	33,9
NUTS II								
Norte	86 381	87,4	-1,0	51 251	51,9	10,0	49 378	50,0
Centro	77 212	89,5	0,7	53 933	62,5	11,9	30 236	35,0
Lisboa	5 191	84,7	1,1	4 158	67,9	8,4	1 624	26,5
Alentejo	29 630	78,5	-0,2	20 091	53,3	1,5	11 384	30,2
Algarve	8 779	76,0	-8,4	6 378	55,2	8,5	2 727	23,6
Açores	4 948	41,8	-16,0	3 146	26,6	3,9	2 744	23,2
Madeira	410	3,4	0,7	289	2,4	5,9	123	1,0



A melhoria dos indicadores laborais da agricultura entre 2009 e 2013 não está diretamente relacionada com o aumento dos índices de mecanização. Efetivamente a utilização de tratores pelas explorações não registou alteração significativa, verificando-se que 80,4% das explorações utilizaram trator. Também o número de tratores necessários para explorar 100 hectares de SAU manteve-se ao nível de 2009 (5 tratores por 100 hectares de SAU).

A utilização de trator depende diretamente da dimensão da exploração, sendo praticamente imprescindível nas explorações de maior dimensão (95,0% das explorações com mais de 50 hectares de SAU e 95,9% das explorações com mais de 100 000 euros de VPPT utilizam trator) e menos representativo nas pequenas explorações (somente 51,5% das explorações com menos de 1 hectare utilizam trator).

A utilização de trator é relativamente uniforme no Continente, sendo muito reduzida na Região Autónoma da Madeira, devido à pequena dimensão das explorações e à acidentada orografia.

[4/5 das explorações agrícolas utilizam tratores]

[53 em cada 100 explorações possuem trator, mais 4 que em 2009]

[37% das explorações recorrem a tratores não pertencentes à exploração]

[Em média, é necessário 1 trator para explorar 20 hectares de SAU]

>> Atividades lucrativas não agrícolas da exploração: produção florestal é o principal complemento da atividade das explorações

Quadro 18 >> Atividades lucrativas não agrícolas da exploração, por NUTS II (variação 2009-2013)

	Explorações			Variação (2009-2013)
	(nº)	(%)	No total (%)	(%)
Total	15 567	100,0	5,9	1,8
Turismo rural e atividades diretamente relacionadas	677	4,3	0,3	11,7
Artesanato e transf. de produtos agrícolas não alimentares	25	0,2	0,0	-67,7
Transformação de produtos agrícolas alimentares	1 516	9,7	0,6	32,1
Produção Florestal ¹	11 422	73,4	4,3	5,3
Produção de cortiça	2 030	13,0	0,8	4,3
Outra(s)	9 486	60,9	3,6	3,7
Prestação de serviços	1 655	10,6	0,6	-4,9
Prestação de serviços a outras explorações agrícolas	1 366	8,8	0,5	-9,0
Prestação de serviços a outras entidades	416	2,7	0,2	18,6
Transformação de madeira	332	2,1	0,1	181,3
Aquacultura	1	0,0	0,0	-91,9
Produção de energias renováveis	304	2,0	0,1	200,6
Para utilização na exploração	74	0,5	0,0	72,4
Para comercialização	255	1,6	0,1	304,5
Outras atividades lucrativas	360	2,3	0,1	-72,4
NUTS II				
Norte	3 185	20,5	3,2	5,8
Centro	9 832	63,2	11,4	19,5
Lisboa	144	0,9	2,3	-11,7
Alentejo	1 835	11,8	4,9	-10,5
Algarve	425	2,7	3,7	-73,3
Açores	129	0,8	1,1	-37,7
Madeira	17	0,1	0,1	-48,1

¹ Se a gestão do espaço florestal não for efetuada com recursos da exploração não é considerada como atividade lucrativa não agrícola da exploração

O complemento da atividade agrícola com outras atividades realizadas na exploração e/ou pelos recursos da exploração é uma realidade pouco relevante, pois apenas 5,9% das explorações desenvolvem atividades lucrativas não agrícolas, designadamente o turismo rural, a transformação de produtos agrícolas, a produção florestal, a prestação de serviços ou a produção de energias renováveis.

A produção florestal, com recurso a mão-de-obra, maquinaria e equipamentos da exploração, destaca-se como a principal atividade complementar da atividade agrícola da exploração. A prestação de serviços agrícolas e não agrícolas a terceiros, com recurso a equipamento da exploração, e a transformação de produtos alimentares, apresenta também alguma expressão. A produção de energias renováveis foi a atividade lucrativa não agrícola da exploração que maior evolução registou face a 2009.

[Apenas 15,6 mil explorações desenvolvem atividades lucrativas complementares à atividade agrícola]

[Transformação de produtos alimentares é efetuada por 1,5 mil explorações]



>> Continuidade da atividade agrícola: poucos querem abandonar a agricultura

A grande maioria dos produtores agrícolas singulares pretende continuar com a atividade agrícola num futuro próximo, independentemente da DE da exploração e da sua localização. Apesar de um número significativo de pequenos agricultores terem abandonado a atividade desde 2009, 95,5% afirmaram que preveem continuar com a atividade da exploração nos próximos dois anos.

Quadro 19 >> Produtores singulares que prevêem continuar com a atividade agrícola nos próximos 2 anos (2013)

	Manutenção da atividade agrícola		Principal motivo para manutenção da atividade									
			Viabilidade económica da atividade		Complemento do rendimento		Valor afetivo		Sem outra alternativa profissional		Outro	
	(nº ind.)	No total	(nº ind.)	(%)	(nº ind.)	(%)	(nº ind.)	(%)	(nº ind.)	(%)	(nº ind.)	(%)
Total	242 051	95,5	20 918	8,6	76 058	31,4	116 836	48,3	23 888	9,9	4 352	1,8
Classes de DE												
Muito pequenas (< 8 000 euros)	190 049	95,1	7 535	4,0	61 392	32,3	105 651	55,6	11 996	6,3	3 475	1,8
Pequenas (8 000 a < 25 000 euros)	31 726	96,7	5 007	15,8	11 178	35,2	8 756	27,6	6 160	19,4	626	2,0
Médias (25 000 a < 100 000 euros)	15 290	97,4	5 649	36,9	2 938	19,2	2 087	13,6	4 447	29,1	168	1,1
Grandes (> 100 000 euros)	4 986	98,5	2 727	54,7	550	11,0	342	6,9	1 285	25,8	82	1,6
NUTS II												
Norte	90 828	94,8	7 380	8,1	26 538	29,2	44 933	49,5	10 659	11,7	1 317	1,5
Centro	80 148	95,5	3 897	4,9	24 015	30,0	43 558	54,3	7 075	8,8	1 602	2,0
Lisboa	4 959	91,8	579	11,7	1 341	27,0	2 218	44,7	548	11,0	274	5,5
Alentejo	32 241	95,7	5 181	16,1	8 413	26,1	15 511	48,1	2 498	7,7	639	2,0
Algarve	10 797	96,2	763	7,1	3 083	28,6	6 185	57,3	521	4,8	244	2,3
Açores	11 344	97,4	2 669	23,5	4 920	43,4	2 402	21,2	1 255	11,1	98	0,9
Madeira	11 734	98,7	448	3,8	7 748	66,0	2 029	17,3	1 332	11,4	177	1,5

Os principais motivos indicados para a continuidade da atividade da agrícola são o valor afetivo (48,3%), o complemento ao rendimento familiar (31,4%) e a ausência de alternativas profissionais (9,9%), sendo a viabilidade económica referida por apenas 8,6% dos agricultores. As motivações variam em função da DE, assumindo a viabilidade económica uma expressão mais significativa nas explorações de maior dimensão.



[Quase metade dos produtores singulares refere motivos afetivos para continuar com a atividade agrícola]

[Apenas 9% indica a viabilidade económica como a principal razão para a manutenção da atividade]

>> Agricultura portuguesa no contexto da União Europeia: dimensão das explorações não justifica a baixa produtividade da agricultura nacional

[Dimensão média das explorações nacionais (13,8 hectares) próxima da europeia (14,4 hectares)]

[Concentração da SAU nas explorações de grande dimensão é mais evidente em Portugal]

A dimensão média das explorações agrícolas em Portugal (13,8 hectares de SAU por exploração em 2013) não se afasta muito da média das explorações da UE 28 (14,4 hectares de SAU por exploração em 2010). A importância da pequena agricultura, medida pela representatividade das explorações com menos de 2 hectares de SAU, também é semelhante (46,2% em Portugal e 48,0% na UE 28). Em Portugal verifica-se, no entanto, uma maior concentração da SAU nas explorações de grande dimensão (com mais de 100 hectares de SAU), que representam 57,9% da SAU nacional (+7,2 p.p. que na UE 28).



Quadro 20 >> Indicadores estruturais e sociais na UE (2010)

Países	Estruturais							Sociais	
	SAU média por expl.	Expl. com menos de 2 ha de SAU	SAU das expl. com mais de 100 ha	DE (VPPT por expl.)	Volume de trabalho por expl.	VPPT por UTA	SAU por unidade de trabalho	Dirigente da expl. com 65 e mais anos	Mais de 50% da produção para auto-consumo
	(ha/expl.)	(%)	(%)	(euros/expl.)	(UTA/expl.)	(euros/UTA)	(ha/UTA)	(%)	
UE 28	14,4	48,0	50,7	25 152	0,8	30 974	17,7	29	10
Alemanha	55,8	4,8	55,1	138 716	1,8	76 066	30,6	5	0
Áustria	19,2	10,8	18,4	39 151	0,8	51 451	25,2	8	0
Bélgica	31,7	10,2	24,6	169 143	1,4	117 754	22,1	20	//
Bulgária	12,1	82,5	82,4	6 847	1,1	6 240	11,0	37	48
Chipre	3,0	74,8	16,7	11 809	0,5	24 685	6,4	33	52
Croácia	5,6	52,6	19,1	9 065	0,8	11 463	7	32	49
Dinamarca	62,9	1,3	66,1	200 257	1,2	161 201	51	19	0
Eslováquia	77,5	36,8	91,1	70 769	2,3	30 850	34	23	53
Eslovénia	6,5	27,2	6,8	12 233	1,0	11 914	6	30	60
Espanha	24,0	27,9	55,1	34 525	0,9	38 441	27	30	0
Estónia	48,0	11,4	73,2	30 320	1,3	23 670	37	28	30
Finlândia	35,9	2,3	24,6	48 499	0,9	51 861	38	10	0
França	53,9	13,1	59,1	98 301	1,5	65 071	36	12	4
Grécia	7,2	51,2	37,7	9 505	0,6	16 001	12	33	16
Holanda	25,9	11,3	18,3	261 753	2,2	117 076	12	18	0
Hungria	8,1	77,3	64,7	9 086	0,7	12 376	11	29	79
Irlanda	35,7	1,6	23,0	30 722	1,2	25 990	30	25	0
Itália	7,9	50,7	26,2	30 514	0,6	51 857	13	37	40
Letónia	21,5	11,5	47,0	9 320	1,0	9 127	21	30	71
Lituânia	13,7	16,2	41,6	7 635	0,7	10 399	19	35	57
Luxemburgo	59,6	9,2	50,4	122 072	1,7	72 584	35	14	//
Malta	0,9	88,5	//	7 653	0,4	19 690	2	26	52
Polónia	9,6	23,7	21,6	12 602	1,3	10 008	8	8	34
Portugal (2013)	13,8	46,2	57,9	17 105	1,2	13 762	11	50	19
Reino Unido	90,4	2,5	73,9	104 684	1,4	73 438	63	28	//
República Checa	152,4	8,8	88,6	168 513	4,7	35 672	32	13	10
Roménia	3,4	73,3	48,9	2 700	0,4	6 471	8	38	93
Suécia	43,1	0,8	51,8	52 515	0,8	65 670	54	26	0

Fonte: Eurostat

A maioria das regiões em Portugal (Norte, Centro, Algarve e Regiões Autónomas) apresentam das mais baixas dimensões médias das explorações na Europa (< 10 hectares por exploração). Em contrapartida o Alentejo apresenta explorações de maior dimensão, que rivalizam com as de Espanha e do norte e centro da Europa.

[Explorações do Alentejo com dimensão comparável à média europeia]

Figura 17 >> Dimensão média das explorações na UE, por NUTS II (2010)

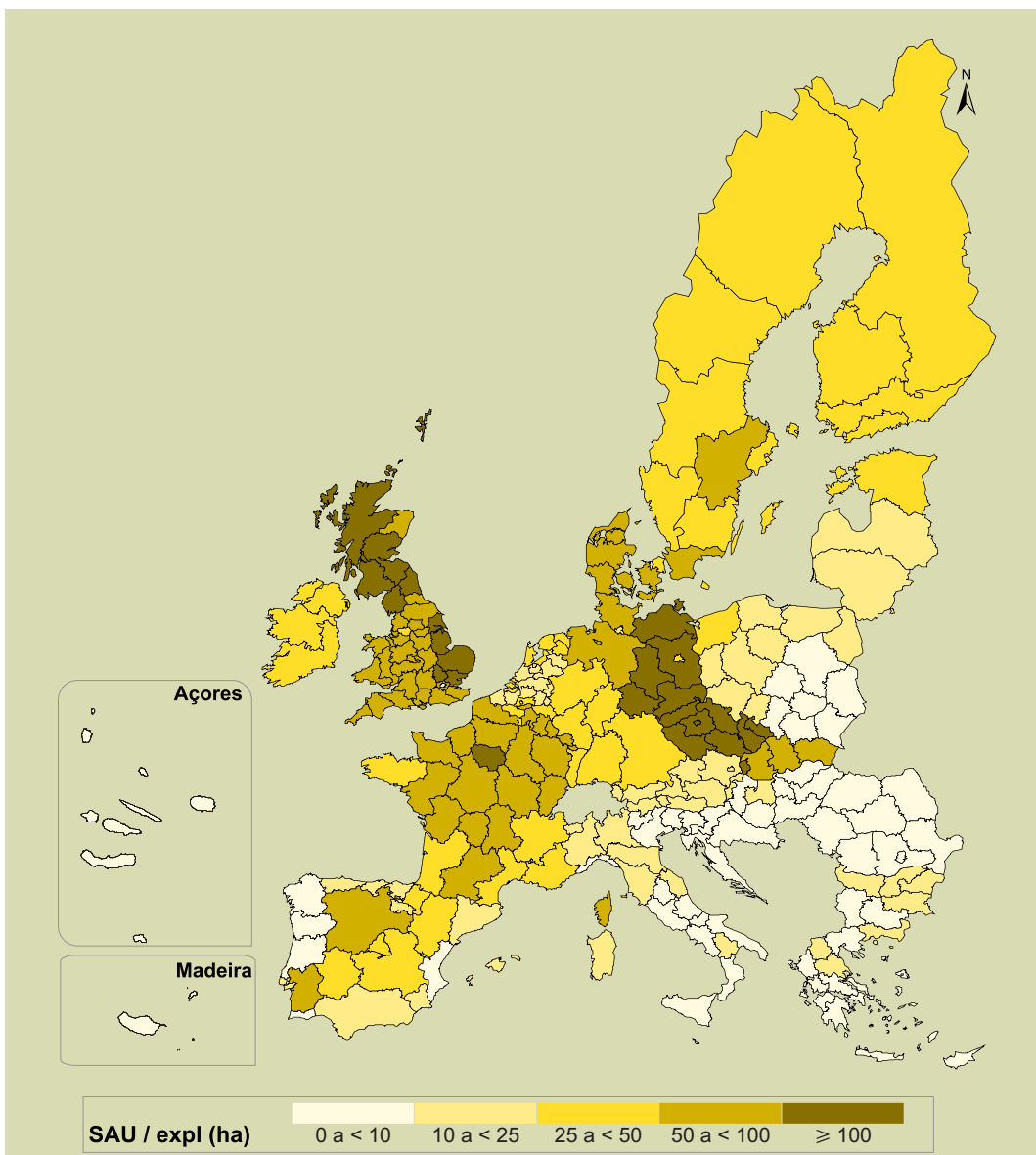
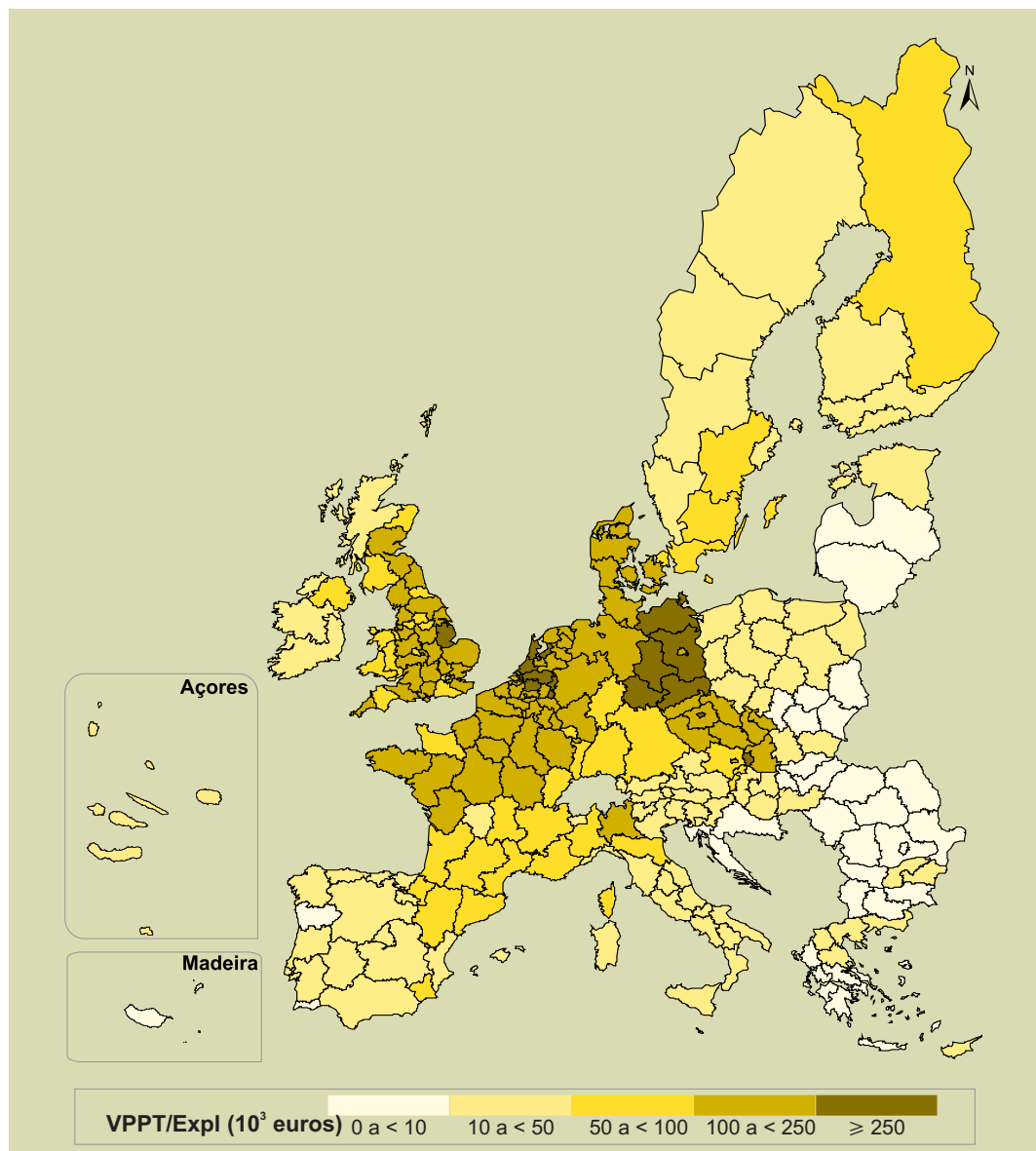


Figura 18 >> Dimensão Económica (DE) média das explorações na UE, por NUTS II (2010)



A análise da DE média das explorações nacionais num contexto europeu revela uma realidade diferente da dimensão física, uma vez que o VPPT médio das explorações portuguesas é consideravelmente inferior ao das explorações da UE 28 (32,0% inferior). A diferença de dimensão das explorações entre os países do centro e os da periferia da Europa é mais acentuada ao nível da DE que na dimensão física.

[Dimensão económica média das explorações nacionais apenas atinge 2/3 do valor alcançado na UE 28]

A agricultura portuguesa apresenta indicadores laborais pouco competitivos quando comparados com a média da UE 28. A produtividade média da mão-de-obra agrícola na UE 28 ronda os 31 mil euros de VPPT por UTA, mais do dobro da alcançada em Portugal. Também a eficiência da mão-de-obra agrícola, designadamente a área de SAU explorada por UTA, embora muito dependente do tipo de sistema produtivo (intensivo vs extensivo), é superior na UE 28, onde cada UTA trabalha em média 18 hectares de SAU, mais 7 hectares que em Portugal.

[Produtividade da mão-de-obra agrícola nacional (14 mil euros/UTA) muito aquém da média europeia (31 mil euros/UTA)]

Outro indicador de cariz mais social, que representa um elevado risco para o desenvolvimento e sustentabilidade da agricultura nacional, é a elevada idade dos dirigentes das explorações. Metade dos dirigentes das explorações em Portugal têm 65 ou mais anos, valor muito superior à da UE 28 (29,5%).

[Explorações agrícolas portuguesas com os dirigentes mais idosos da UE 28]

Figura 19 >> Valor da Produção Padrão Total (VPPT) por Unidade de Trabalho Ano (UTA) (2010)

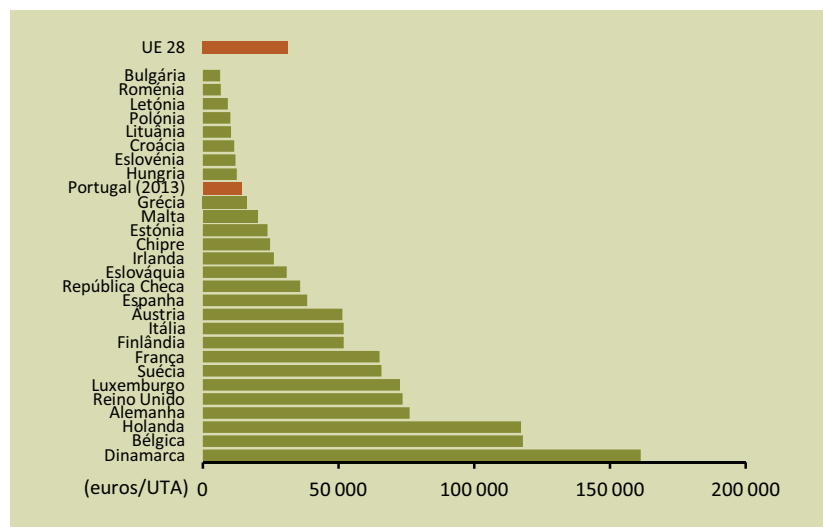
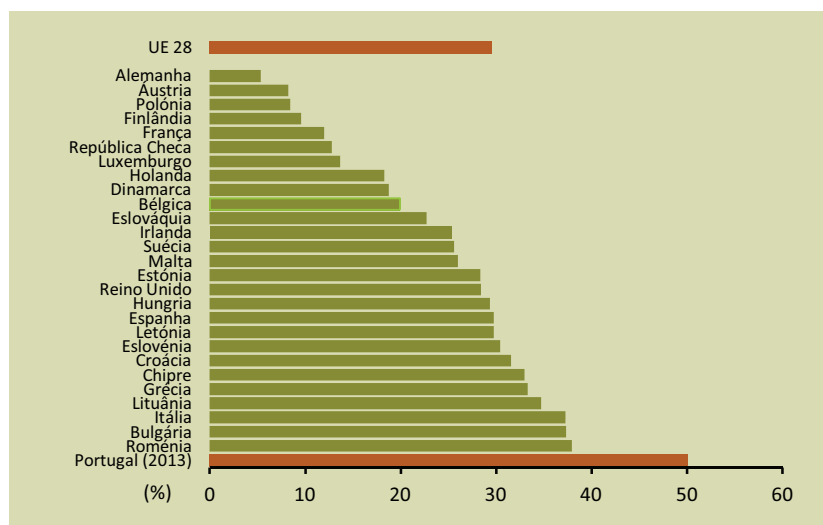


Figura 20 >> Representatividade dos dirigentes das explorações com 65 anos ou mais (2010)



Quadro 21 >> Utilização das terras/sistema produtivo na UE
(2010)

Países	Terra arável na SAU	Culturas permanentes na	Pastagens permanentes na	Superfície irrigável na SAU	CN por exploração
	(%)				(CN/expl.)
UE 28	59,1	6,1	34,6	8,3	11
Alemanha	70,9	1,2	27,9	3,8	59
Áustria	47,6	2,3	50,0	3,2	17
Bélgica	61,6	1,6	36,8	1,0	89
Bulgária	69,8	2,2	27,7	3,1	3
Chipre	71,7	26,5	1,8	34,0	5
Croácia	68,0	5,9	25,8	1,8	4
Dinamarca	91,4	1,0	7,6	18,2	117
Eslováquia	70,9	1,0	28,0	5,7	27
Eslovénia	35,0	5,6	59,2	1,1	7
Espanha	47,5	17,2	35,3	15,1	15
Estónia	68,0	0,3	31,5	0,0	16
Finlândia	98,4	0,2	1,4	3,0	18
França	66,0	3,7	30,2	8,4	44
Grécia	34,1	18,4	47,3	25,1	3
Holanda	54,6	2,0	43,4	26,0	93
Hungria	81,0	3,2	15,4	5,0	4
Irlanda	20,3	0,0	79,7	0,0	41
Itália	54,5	18,5	26,7	29,1	6
Letónia	62,3	0,5	36,2	0,1	6
Lituânia	77,1	0,8	22,1	0,1	5
Luxemburgo	47,3	1,1	51,6	//	76
Malta	79,3	10,9	0,0	27,5	3
Polónia	74,7	2,7	22,4	0,6	7
Portugal (2013)	30,2	19,5	49,9	15,1	7
Reino Unido	35,2	0,2	64,6	0,6	71
República Checa	72,3	1,1	26,7	0,9	75
Roménia	62,4	2,3	33,9	3,1	1
Suécia	85,2	0,1	14,7	5,4	25

Fonte: Eurostat

[Culturas permanentes com maior importância nos países do sul da Europa]

A ocupação cultural nos países da UE 28 é muito diversificada. No norte da Europa predominam claramente as terras aráveis, representando 98,4% na Finlândia, 91,4% na Dinamarca e 85,2% na Suécia. No centro da Europa a importância das terras aráveis, embora elevada, é inferior, dado que as pastagens permanentes assumem maior relevância. Os países do sul são os que apresentam uma maior representatividade das culturas permanentes na SAU: os valores observados em Portugal (19,5%), Itália (18,5%), Grécia (18,4%) e Espanha (17,2%), refletem a importância das culturas tipicamente mediterrânicas (vinha e olival) na agricultura destes países.

A Dinamarca, a Holanda e a Bélgica apresentam um elevado número de Cabeças Normais (CN) por exploração o que traduz a importância da pecuária intensiva, nomeadamente da suinicultura industrial nestes países.

